

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO – BANDES**CONCORRÊNCIA 2018/01****SÍNTESE DO OBJETO E PROCEDIMENTOS**

O **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES**, instituição financeira constituída sob a forma jurídica de sociedade anônima de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº 28.145.829/0001-00, com sede na Av. Princesa Isabel, 54 – Edifício Caparaó – Centro - Vitória-ES, torna público que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO** objetivando a consecução do objeto abaixo. A presente licitação, autorizada pela Diretoria Executiva em 26/12/2017, reger-se-á pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, observando-se, no que couber, a Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto Estadual nº 2060-R, de 20/05/2008 e legislação supletiva, no que couber, bem como pelas normas, procedimentos e cláusulas deste Edital e seus anexos, que o integram para todos os efeitos legais.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA CONTÁBIL INDEPENDENTE, conforme as condições estabelecidas neste **EDITAL** e seus **ANEXOS**.

- ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA
- ANEXO II DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- ANEXO III PROPOSTA TÉCNICA
- ANEXO IV PROPOSTA DE PREÇO
- ANEXO V METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS
- ANEXO VI CARTA CREDENCIAL
- ANEXO VII DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
- ANEXO VIII DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS
- ANEXO IX DECLARAÇÃO SOBRE TRABALHO DO MENOR
- ANEXO X DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL E ANEXOS
- ANEXO XI DECLARAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA
- ANEXO XII MINUTA DE CONTRATO

RECEBIMENTO DE ENVELOPES

LOCAL: PROTOCOLO GERAL DO BANDES

ENDEREÇO: Av. Princesa Isabel, nº 54, Térreo, Edifício Caparaó, Centro, Vitória/ES.

DATA: 04 de junho de 2018.

HORÁRIO: 14 horas, no horário de Brasília.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA INAUGURAL

LOCAL: AUDITÓRIO DO BANDES

ENDEREÇO: Av. Princesa Isabel, nº 54, 10º andar, Edifício Caparaó, Centro, Vitória/ES.

DATA: 04 de junho de 2018.

HORÁRIO: 14h10min, no horário de Brasília.

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

Através do e-mail cpl@bandes.com.br ou correspondência, conforme item 4.2 deste Edital.

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA CONSULTA AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Os interessados deverão consultar diariamente a página referente a este Edital no site do BANDES na internet (www.bandes.com.br), onde serão publicados avisos, esclarecimentos, as impugnações e as respectivas respostas, eventuais alterações e versões digitalizadas de documentos produzidos no âmbito desta licitação.

1. OBJETO

- 1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de serviços técnicos especializados de auditoria contábil independente, para o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, e Fundos de Desenvolvimento: Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais – FUNDAPSOCIAL, Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES e Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES, para o Exercício Social de 2018, nos termos das especificações técnicas descritas neste Edital e Anexos.

2. INFORMAÇÕES GERAIS

- 2.1. O recebimento dos envelopes ocorrerão até o dia 04/06/2018 às 14h, no Protocolo Geral do BANDES, localizado na Av. Princesa Isabel, nº 54, Térreo, Centro, Vitória/ES.
- 2.2. A abertura da sessão inaugural ocorrerá no dia 04/06/2018 às 14h10min, no Auditório do BANDES, localizado na Av. Princesa Isabel, nº 54, 10º andar, Centro, Vitória/ES.
 - 2.2.1. A Comissão Especial de Licitação poderá, a seu critério, conceder breve prazo de tolerância para a abertura da sessão inaugural, além do horário mencionado no item 2.2, apenas comunicando em voz alta aos presentes, e consignando em ata.
- 2.3. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.
- 2.4. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes neste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado.
- 2.5. Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
 - 2.5.1. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no BANDES.
- 2.6. Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes de documentação complementar e propostas fora do prazo estabelecido neste Edital.
- 2.7. O Edital poderá ser retirado na Gerência de Recursos Humanos e Serviços Administrativos do BANDES, mediante reembolso das despesas de impressão, de segunda-feira a sexta-feira, das 12h30min às 18h00min, junto à Comissão Especial de Licitações, na Av. Princesa Isabel, nº 54, 9º andar, Centro, Vitória/ES. Também poderá ser obtido através do site do BANDES: www.bandes.com.br.
- 2.8. Qualquer alteração que importe em modificação dos termos deste Edital, ou de seus Anexos, será comunicada pelos mesmos meios de divulgação inicial, sendo de inteira responsabilidade da Licitante, acompanhar o andamento da licitação e as eventuais alterações no Edital.
- 2.9. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão por conta de recurso próprio do BANDES.
- 2.10. A Licitação será conduzida pela Comissão Especial de Licitação, composta pelos membros elencados na Portaria nº 22, de 17 de abril de 2018.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderá participar desta licitação qualquer empresa que desenvolva as atividades objeto desta licitação, comprovado por estatuto ou contrato social, e que atenda às exigências deste Edital.

- 3.2. Estará impedida de participar desta licitação, a empresa ou grupo econômico que:
- 3.2.1. Estiver em regime de Consórcio;
 - 3.2.2. Estiver sob decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação;
 - 3.2.3. Tenha tido suspenso o direito de participar de licitações e contratações com o BANDES;
 - 3.2.4. Possuir em seu contrato social ou estatuto finalidade ou objetivo incompatível com o objeto desta licitação;
 - 3.2.5. Estiver enquadrado em restrição imposta pela Instrução nº 308/1999 da Comissão de Valores Mobiliários;
 - 3.2.6. Estiver enquadrado em restrição imposta pela Resolução nº 3.198/2004 do Conselho Monetário Nacional;
 - 3.2.7. Tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
 - 3.2.8. Empregado ou membro dos órgãos da administração do BANDES seja sócio, detenha participação acionária ou participe de alguma forma de sua administração;
 - 3.2.9. Esteja inadimplente com compromissos decorrentes de financiamentos concedidos pelo BANDES, ou que tenha sido penalizada com rescisão de contrato de fornecimento de bens ou prestação de serviços nos 02 (dois) anos anteriores à data prevista para a abertura da presente licitação.
- 3.3. Não será admitida nesta licitação a subcontratação parcial ou total dos serviços, sob pena de rescisão contratual.
- 3.4. Os impedimentos porventura existentes deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilidade administrativa e penal cabível, conforme legislação vigente.

CRENCIAMENTO E REPRESENTAÇÃO

- 3.5. No presente feito licitatório somente poderá se manifestar, em nome do Licitante, a pessoa por ela credenciada ou seu representante legal (Anexo VI).
- 3.6. Os Licitantes poderão se fazer representar por sócio, proprietário, dirigente ou procurador, que deverá identificar-se exibindo cédula de identidade ou documento equivalente e ainda o seguinte:
- 3.6.1. O **Sócio, Proprietário ou Dirigente** de pessoa jurídica deverá apresentar o **Estatuto ou Contrato Social** juntamente com as alterações que comprovem sua capacidade de representação legal, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações. O administrador eleito em ato apartado deverá apresentar a ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição.
 - 3.6.2. O **Procurador** deverá apresentar **Instrumento Público ou Particular de Mandato (Procuração)**, conforme Anexo VI, outorgando expressos poderes para a prática de todos os atos pertinentes ao certame em nome do Licitante. A procuração por instrumento particular deverá ter firma reconhecida em cartório e ser entregue juntamente com o Contrato Social e suas alterações, ou com o Estatuto Social e a ata de eleição da Diretoria em exercício.
- 3.7. Os documentos mencionados no item 3.6 e seus subitens deverão ser entregues diretamente à Comissão de Licitações, separadamente dos envelopes de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preços.
- 3.8. Cada documento apresentado conforme o item 3.6 e seus subitens deverá ser original, cópia autenticada em cartório ou cópia não autenticada acompanhada do respectivo original.

- 3.8.1. O documento apresentado sob a forma de cópia não autenticada será comparado ao respectivo original por membro da Comissão Especial de Licitação e, caso idêntico, será identificado como tal, devolvendo-se o original ao Licitante.
- 3.9. A falta ou incorreção dos documentos mencionados no item 3.6 e seus subitens não excluirão o Licitante do certame, mas impedirão manifestações ou a prática de quaisquer atos para os quais não exista comprovada representação com os respectivos poderes.
- 3.10. O representante legal ou procurador da licitante poderá, a qualquer tempo, ser constituído ou substituído por outro, observadas as condições deste item 3.
- 3.11. Não será admitida a participação de um mesmo representante legal ou procurador para mais de um Licitante.
- 3.12. Não será aceita a entrega de propostas ou documentos de habilitação por *fax*, *e-mail* ou qualquer outro meio eletrônico.

4. IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E ESCLARECIMENTOS

- 4.1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento dos envelopes, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório desta Concorrência, ou solicitar esclarecimentos, cabendo à Comissão Especial de Licitações, com consulta à área técnica se for necessário, decidir sobre a petição em até 03 (três) dias úteis.
- 4.2. Eventuais impugnações e esclarecimentos deverão ser encaminhados preferencialmente através do e-mail cpl@bandes.com.br, mediante confirmação de recebimento, ou, alternativamente, por correspondência, com Aviso de Recebimento - AR, endereçados à Comissão Especial de Licitações, na Av. Princesa Isabel, nº 54, 9º andar, Centro, Vitória/ES, CEP 29010-906.
- 4.3. Os esclarecimentos, as impugnações e as respectivas respostas serão divulgados no endereço eletrônico do BANDES, www.bandes.com.br, sendo de responsabilidade das Licitantes o acompanhamento.
- 4.4. Acolhida a petição, havendo modificação que importe em alteração substancial da elaboração das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

5. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 5.1. As propostas deverão ser apresentadas pelas Licitantes em 03 (três) envelopes opacos lacrados indevassáveis, a saber:
- 5.1.1. ENVELOPE 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO;
- 5.1.2. ENVELOPE 02 – PROPOSTA TÉCNICA;
- 5.1.3. ENVELOPE 03 – PROPOSTA DE PREÇOS.
- 5.2. Os envelopes deverão ser entregues fechados, protocolizados até o dia 04/06/2018 às 14h, no Protocolo Geral do BANDES, no Térreo do Ed. Caparaó, na Av. Princesa Isabel, 54, Centro, Vitória/ES, contendo em seu interior os documentos conforme item 5.1 deste Edital.
- 5.2.1. A Comissão Especial de Licitação não aceitará a apresentação dos envelopes realizadas diretamente na sessão pública, sem o devido protocolo geral do BANDES.
- 5.3. Na parte externa frontal dos envelopes constará a identificação abaixo, mantendo sempre o padrão especificado:

CONCORRÊNCIA BANDES 2018/01

ENVELOPE Nº 1 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



[Razão Social e CNPJ da empresa Licitante]
[Endereço, Telefone e e-mail da empresa Licitante]

CONCORRÊNCIA BANDES 2018/01
ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA TÉCNICA
[Razão Social e CNPJ da empresa Licitante]
[Endereço, Telefone e e-mail da empresa Licitante]

CONCORRÊNCIA BANDES 2018/01
ENVELOPE Nº 3 – PROPOSTA DE PREÇOS
[Razão Social e CNPJ da empresa Licitante]
[Endereço, Telefone e e-mail da empresa Licitante]

- 5.3.1. Todas as vezes que o Licitante encaminhar correspondências referentes a documentação, propostas, cadastramentos, consultas, impugnações, recursos etc., deve adotar o padrão acima especificado. A expressão “CONCORRÊNCIA BANDES 2018/01” deverá ser grafada de forma destacada, com fonte de, no mínimo, tamanho 30, e as demais informações em fonte tamanho 12, em negrito e moldura.
- 5.4. A entrega dos envelopes poderá ser feita por qualquer pessoa em nome da empresa. No entanto, somente o Representante, devidamente credenciado na forma do item 3 deste Edital é que poderá exercer qualquer outra prerrogativa ou praticar qualquer ato dentro da presente licitação.
- 5.5. No caso de encaminhamento por via postal (sedex ou registrado com “AR”), os envelopes poderão ser acondicionados em um quarto envelope, devidamente lacrado de forma a não permitir sua violação. Este envelope deverá ser endereçado à Comissão Permanente de Licitações e entregue no Protocolo Geral do BANDES, até a data e horário previstos no item 2.1, devendo conter os seguintes dizeres:

AO
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A
CONCORRÊNCIA BANDES 2018/01
Av. Princesa Isabel, nº 54, Térreo – Protocolo Geral
CEP: 29010-906 – Centro – Vitória/ES
[Razão Social e CNPJ da empresa Licitante]
[Endereço, Telefone e e-mail da empresa Licitante]

- 5.6. Declarada encerrada a fase de recebimento dos envelopes, não mais será admitida a participação de novas Licitantes.
- 5.7. Após o início da abertura dos envelopes, não será aceita juntada ou substituição de quaisquer documentos, nem retificação de preços ou condições.

6. DA HABILITAÇÃO

- 6.1. Os **Documentos de Habilitação (Envelope nº 01)** estão discriminados no Anexo II – Documentos de Habilitação, e deverão seguir as instruções de apresentação naquele Anexo contidas, além das disposições do presente Edital.
- 6.2. Durante a habilitação, verificar-se-á a situação do Licitante perante o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública, sendo vedada a participação do que estiver irregular.
- 6.3. O Licitante enquadrado na condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar tal condição na



habilitação, mediante apresentação de declaração conforme o Anexo VII, e comprová-la antes da contratação, caso vença o certame.

- 6.4. Caso a Licitante pretenda executar o objeto com estabelecimento (matriz e/ou filial) diverso do que atua como Licitante nesta Concorrência, ou caso pretenda executar o objeto juntamente com outro estabelecimento (matriz e/ou filial) que não atue como Licitante nesta Concorrência, para fins de habilitação, este deverá, conforme o caso, observar as orientações abaixo:
- 6.4.1. Se a Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- 6.4.2. Se a Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- 6.4.3. Se a Licitante for matriz e a responsável pela execução da contratação for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
- 6.4.4. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.5. Os documentos apresentados na licitação deverão ser válidos e vigentes na data da sua abertura. Os documentos que perderem validade e/ou vigência no curso da licitação deverão ser reapresentados válidos e vigentes na data da assinatura do contrato.
- 6.6. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados por uma das seguintes formas, permanecendo anexados ao processo:
- a) Em original;
 - b) Por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão Especial de Licitação;
 - c) Cópia de publicação em órgão de Imprensa Oficial, desde que autenticada;
 - d) Emitidos na Internet, cuja autenticidade possa ser aferida pelo sítio oficial do órgão emissor.
- 6.7. O documento apresentado sob a forma de cópia autenticada por membro da Comissão Especial de Licitação será comparado ao respectivo original e, caso idêntico, será identificado como tal, devolvendo-se o original ao Licitante.
- 6.8. A autenticação de cópias de documentos por membro da Comissão Especial de Licitação deverá ser providenciada até **48 (quarenta e oito) horas do dia anterior à data fixada para abertura dos envelopes**, ficando a responsabilidade pela reprodução a cargo somente da Licitante. Não será autenticado nenhum documento após o prazo máximo acima definido, tampouco no dia da sessão.
- 6.8.1. Durante a sessão, a Comissão de Licitações não autenticará nenhum documento, mesmo que a licitante apresente cópia e original.
- 6.9. O documento cuja validade, vigência e/ou autenticidade seja aferível pela internet poderá ser verificado pela Comissão Especial de Licitação no sítio eletrônico pertinente.
- 6.10. Os documentos expressos em língua estrangeira deverão ser traduzidos para o português por tradutor público juramentado e autenticados por autoridade brasileira no país de origem, caso não se trate de linguagem técnica e não notoriamente conhecida.
- 6.11. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos neste Edital.
- 6.12. O Licitante que estiver desobrigado de apresentar quaisquer documentos exigidos na fase de habilitação deverá comprovar tal condição por meio de certificado expedido pelo órgão competente ou pela indicação da legislação

aplicável em vigor, devendo, no entanto, apresentar os documentos que a sua condição indicar como substitutos, se for o caso.

- 6.13. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes contenham alguma restrição.
- 6.14. A ME ou EPP que apresentar documentos comprobatórios de regularidade fiscal com restrições terá assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para regularizá-los, pagar ou parcelar débitos e emitir eventual certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame. O prazo é prorrogável por igual período, a critério do BANDES, mediante requerimento escrito e fundamentado dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, protocolado dentro do prazo original.
- 6.14.1. A não regularização dos documentos no prazo previsto ou concedido mediante prorrogação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultada ao BANDES a convocação dos Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7. DA PROPOSTA TÉCNICA

- 7.1. A **Proposta Técnica (Envelope nº 02)** deverá ser apresentada de acordo com as instruções contidas no Anexo III – Proposta Técnica, em língua portuguesa, impressa em 1 (uma) via, em papel timbrado da Licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada, numerada e assinada na última folha e rubricada nas demais, por seu representante legal ou procurador, com poderes para o exercício da representação.
- 7.2. A pontuação técnica será calculada da seguinte forma:
- 7.2.1. Execução de trabalhos de auditoria sobre as demonstrações contábeis e/ou financeiras em bancos de desenvolvimento, agências de fomento, bancos comerciais, múltiplos com carteira comercial e Caixa Econômica Federal, no padrão BR – GAAP, em exercícios sociais completos, no período de 2013 a 2017, conforme:
- a) 5 (cinco) pontos para cada atestado referente a serviços prestados a instituições que apresentem patrimônio líquido acima de R\$ 587.000.000,00 (quinhentos e oitenta e sete milhões de reais) – Porte 1.
 - b) 3 (três) pontos para cada atestado referente a serviços prestados a instituições que apresentem patrimônio líquido entre R\$ 587.000.000,00 (quinhentos e oitenta e sete milhões de reais) e R\$ 352.000.000,00 (trezentos e cinquenta e dois milhões de reais) – Porte 2.
 - c) 2 (dois) pontos para cada atestado referente a serviços prestados a instituições que apresentem patrimônio inferior a R\$ 352.000.000,00 (trezentos e cinquenta e dois milhões de reais) – Porte 3.
- 7.3. Será pontuado, por licitante, somente 1 (um) atestado por instituição financeira auditada.
- 7.4. Os atestados de realização de trabalhos em empresas de maior porte poderão ser utilizados para pontuação relativa às de menor porte, desde que indicado pela Licitante na apresentação da proposta técnica (Anexo III).
- 7.5. Será desclassificada a licitante que obtiver pontuação 0 (zero) em qualquer dos portes.
- 7.6. Documentação comprobatória:
- 7.6.1. Atestado de Capacidade Técnica - ATC, que comprove a execução de serviços de auditoria sobre as demonstrações contábeis e/ou financeiras de bancos de desenvolvimento, agências de fomento, bancos comerciais, múltiplos com carteira comercial e Caixa Econômica Federal, no padrão BR – GAAP, exercícios sociais completos, no período de 2013 a 2017.

- 7.6.2. O atestado deverá consignar o exercício social e o patrimônio líquido apresentado no balanço patrimonial auditado, ser emitido em papel timbrado e firmado pelo representante legal da instituição financeira.
- 7.6.3. Serão pontuados no máximo 10 (dez) atestados em cada porte, que multiplicados pelos respectivos pesos: 05 (cinco), 03 (três) e 02 (dois), e somados, resultarão na pontuação máxima, correspondente a 100 (cem) pontos.

Porte	Crítérios de Pontuação	Peso	Quantidade Máxima de Atestados	Pontuação
P1	Instituição financeira que apresentem patrimônio líquido acima de R\$ 587.000.000,00.	5	10	50 pontos
P2	Instituição financeira que apresente patrimônio líquido entre R\$ 587.000.000,00 e R\$ 352.000.000,00.	3	10	30 pontos
P3	Instituição financeira que apresente patrimônio inferior a R\$ 352.000.000,00.	2	10	20 pontos
Pontuação Técnica da Proposta do licitante (P1 + P2 + P3)				100 pontos

- 7.7. Os documentos de Proposta Técnica deverão ser apresentados por uma das seguintes formas, permanecendo anexados ao processo:
- a) Em original;
 - b) Por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão Especial de Licitação;
 - c) Cópia de publicação em órgão de Imprensa Oficial, desde que autenticada;
 - d) Emitidos na Internet, cuja autenticidade possa ser aferida pelo sítio oficial do órgão emissor.
- 7.8. O documento apresentado sob a forma de cópia autenticada por membro da Comissão Especial de Licitação será comparado ao respectivo original e, caso idêntico, será identificado como tal, devolvendo-se o original ao Licitante.
- 7.9. A autenticação de cópias de documentos por membro da Comissão Especial de Licitação deverá ser providenciada até **48 (quarenta e oito) horas do dia anterior à data fixada para abertura dos envelopes**, conforme item 2.1, ficando a responsabilidade pela reprodução a cargo somente da Licitante. Não será autenticado nenhum documento após o prazo máximo acima definido, tampouco no dia da sessão.
- 7.10. Durante a sessão, a Comissão de Licitações não autenticará nenhum documento, mesmo que a licitante apresente cópia e original.
- 7.11. O Licitante deverá identificar a que porte se refere cada atestado apresentado, podendo tal identificação ocorrer conforme modelo constante do Anexo III – Proposta Técnica.
- 7.12. Os atestados apresentados deverão conter dados aptos a identificar os emitentes e possibilitar contato para validação.
- 7.13. Os documentos comprobatórios da Proposta Técnica (Envelope nº 02) deverão ser apresentados com as folhas numeradas em ordem sequencial.
- 7.14. Eventuais divergências no preenchimento da Proposta Técnica (Anexo III) não importam em desclassificação da proposta, desde que seja possível depreender os totais dos portes e total geral pelos atestados apresentados.

7.15. Serão desclassificadas as propostas técnicas que:

- 7.15.1. Apresentarem irregularidades ou vícios que impossibilitem o seu entendimento;
- 7.15.2. Não atenderem às disposições legais, do Edital e seus Anexos.
- 7.15.3. Obterem pontuação 0 (zero) em qualquer um dos portes.

8. DA PROPOSTA DE PREÇO

- 8.1. A **Proposta de Preços (Envelope nº 03)** deverá ser apresentada de acordo com as instruções contidas no Anexo IV – Proposta de Preços, grafada em R\$ (reais) e apresentada em língua portuguesa, preferencialmente emitida por computador, em papel timbrado da Licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo os preços de todos os itens especificados, devendo ainda ser datada e assinada na última folha e rubricada nas demais, pelo representante legal ou procurador, com poderes para o exercício da representação, na forma do item 3.5 deste Edital.
- 8.2. Sob pena de desclassificação, não serão aceitas propostas em língua estrangeira, exceto quando acompanhadas da respectiva tradução juramentada.
- 8.3. A Proposta de Preços deverá incluir todos os custos e despesas, diretos e indiretos (inclusive tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições parafiscais), despesas de viagens, alimentação e hospedagem, além de quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação.
- 8.4. A Proposta de Preços deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou quaisquer condições ou vantagens que induzam o julgamento.
- 8.5. Qualquer custo direto ou indireto omitido na proposta ou incorretamente cotado, salvo os exigidos como de cotação obrigatória, hipótese em que a proposta será desclassificada, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.
- 8.6. Não é permitido apresentar cotação para fornecimento de serviços em quantidades inferiores às estabelecidas no Edital.
- 8.7. Ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso contidos na proposta de preço, prevalecerá o valor por extenso.
- 8.8. O valor proposto será de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
- 8.9. O prazo de validade das propostas de preços será de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão pública de julgamento da licitação. Caso não conste o prazo na proposta, esta será considerada válida pelo referido período. Previamente ao término do referido prazo, estando a presente licitação ainda em curso, o BANDES solicitará as Licitantes a revalidação das suas propostas;
- 8.10. Serão desclassificadas as propostas de preço que:
 - 8.10.1. Apresentarem irregularidades ou vícios que impossibilitem o seu entendimento;
 - 8.10.2. Não atenderem às disposições legais, do Edital e seus Anexos;
 - 8.10.3. Apresentarem valor superior ao máximo admissível, definido no item 9 deste Edital;
 - 8.10.4. Apresentarem preços simbólicos ou irrisórios ou, ainda, manifestamente inexequíveis, observado o item 11.5.

9. PREÇO MÁXIMO ADMISSÍVEL



- 9.1. O valor global estimado, e máximo admissível, para o total desta licitação e para o contrato, num período de 12 (doze) meses, é de **R\$ 524.200,16** (quinhentos e vinte e quatro mil, duzentos reais e dezesseis centavos), sendo desclassificada a Licitante que ofertar valor superior a este máximo admissível, conforme item 11.5 do Edital.
- 9.2. O preço máximo de aceitabilidade das propostas para esta contratação, conforme demonstrado no Anexo I, foi apurado por meio de pesquisa de mercado entre empresas especializadas e instituições financeiras.

10. DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

- 10.1. A Comissão Especial de Licitação do BANDES reunir-se-á, no dia 04/06/2018 às 14h10min, conforme definido no item 2.2 deste Edital, em sessão pública, no Auditório do BANDES (10º andar) para o credenciamento dos Licitantes e abertura da sessão e envelopes.
 - 10.1.1. Os envelopes relativos à Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preços somente serão recebidos até às 14h do dia 04/06/2018, no Protocolo Geral do BANDES.
 - 10.1.2. Após o encerramento do prazo de recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido e não serão permitidos adendos, substituições ou acréscimos aos já entregues.
- 10.2. Os envelopes recebidos serão numerados pelo Presidente da Comissão, de acordo com a ordem de apresentação.
 - 10.2.1. Os envelopes de Propostas Técnicas e Proposta de Preços serão rubricados em seus fechos pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes credenciados das Licitantes.
 - 10.2.2. É facultada a participação dos representantes dos Licitantes por ocasião do recebimento e abertura dos envelopes.

DA ABERTURA DOS ENVELOPES

- 10.3. Os envelopes de habilitação serão abertos inicialmente, sendo cada documento rubricado pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes credenciados das Licitantes presentes.
- 10.4. A documentação contida nos envelopes deverá estar numerada sequencialmente, da primeira à última folha, de modo a refletir o seu número exato.
- 10.5. Eventual falta de numeração e/ou duplicidade de numeração ou ainda a falta da rubrica nas folhas será suprida pelo representante credenciado na sessão de abertura do respectivo envelope, nos termos do presente Edital, vedada a desclassificação por este motivo.
- 10.6. Os membros da Comissão terão prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do dia da abertura dos envelopes de habilitação, prorrogáveis por igual período, para examinar os documentos e habilitar os Licitantes que os apresentarem na forma deste Edital, sendo o respectivo resultado divulgado no site do BANDES.
- 10.7. Eventuais recursos contra quaisquer decisões da Comissão Especial de Licitações sobre a habilitação ou inabilitação de Licitantes deverão ser interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da divulgação da decisão recorrida.
- 10.8. Decorrido o prazo recursal relativo à fase de habilitação, ou havendo desistência expressa de recursos por todos os Licitantes, a Comissão Especial de Licitações designará uma segunda sessão, em data e horário divulgado no site do BANDES para a abertura dos envelopes contendo as Propostas Técnicas.
- 10.9. Na segunda sessão, a Comissão devolverá inviolados os envelopes contendo as propostas dos Licitantes inabilitados. Em seguida, abrirá os envelopes contendo as propostas técnicas dos habilitados, sendo cada



documento rubricado pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados das Licitantes presentes.

- 10.10. Os membros da Comissão terão prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do dia da abertura dos envelopes de Propostas Técnicas, prorrogáveis por igual período, para examinar os documentos, julgar e classificar as Propostas Técnicas dos Licitantes habilitados, sendo o respectivo resultado divulgado no site do BANDES.
- 10.11. Eventuais recursos contra quaisquer decisões da Comissão Especial de Licitações sobre o julgamento e classificação das Propostas Técnicas de Licitantes deverão ser interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da divulgação da decisão recorrida.
- 10.12. Decorrido o prazo recursal relativo à fase de Propostas Técnicas, ou havendo desistência expressa de recursos por todos os Licitantes, a Comissão Especial de Licitações designará uma terceira sessão, em data e horário divulgado no site do BANDES, para a abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços.
- 10.13. Na terceira sessão, a Comissão abrirá os envelopes contendo as Propostas de Preços, sendo cada documento rubricado pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados das Licitantes presentes.
- 10.14. Os membros da Comissão terão prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do dia da abertura dos envelopes de Propostas de Preços, prorrogáveis por igual período, para examinar, julgar e classificar as propostas de preços dos Licitantes habilitados.
- 10.15. Em seguida, a Comissão Especial de Licitação promoverá o julgamento das propostas e a classificação final dos Licitantes.

11. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 11.1. Será considerado para efeito de julgamento o tipo **TÉCNICA E PREÇO**, expresso por meio da combinação de Índice Técnico Ponderado (ITP) com o Índice de Preço Ponderado (IPP).
- 11.2. Todas as pontuações e índices obtidos para efeito de julgamento, calculados com duas casas decimais, sem arredondamento, desprezando-se a fração remanescente, serão demonstrados em planilha e disponibilizados aos Licitantes no site do BANDES na internet.
- 11.3. Será verificada a conformidade de cada proposta com os requisitos do Edital e com os preços correntes no mercado, nos termos do art. 43, Inciso IV, da Lei nº 8.666/93.
- 11.4. Serão desclassificadas, nos termos do art. 48, Inciso I, da Lei nº 8.666/93, as propostas que não atenderem a todas as exigências do Edital.
- 11.5. Serão desclassificadas, nos termos do art. 48, inciso II, da Lei nº 8.666/93, as Propostas de Preços com valor global superior ao limite estabelecido ou manifestamente inexequíveis, bem como daquelas que apresentarem preços baseados em outras propostas, inclusive com oferecimento de redução sobre a de menor valor global, sendo que a Licitante cuja proposta seja suscitada inexequível pelo BANDES poderá demonstrar a devida exequibilidade de sua proposta.
- 11.6. A avaliação das Propostas Técnicas será realizada atribuindo-se pontos aos portes, conforme estabelecido no Anexo III - Proposta Técnica e as previsões do item 7 deste Edital, podendo a Comissão Especial de Licitação solicitar parecer à Equipe Técnica do BANDES.
- 11.7. As Propostas Técnicas serão classificadas conforme a quantidade de pontos que obtiverem no seu julgamento técnico perfazendo assim o **ITP – Índice Técnico Ponderado** apresentado por cada Licitante, para efeito de classificação final nesta fase do certame, de acordo com a seguinte fórmula:

$$ITP = (PTP / MPT) \times 7$$

ITP = Índice Técnico Ponderado;
PTP = Pontuação técnica da proposta em exame;
MPT = Maior pontuação técnica entre os participantes;
7 = Fator de Ponderação

- 11.8. Para classificação das Propostas de Preço, será calculado o **IPP – Índice de Preço Ponderado**, de acordo com a seguinte fórmula:

$$IPP = (MP / PO) \times 3$$

IPP = Índice de preço ponderado
MP = Menor preço ofertado entre os Licitantes
PO = Preço ofertado pelo Licitante
3 = Fator de Ponderação

- 11.9. A nota final, para fins de apuração da proposta vencedora, será obtida por meio do **IA – Índice de Avaliação**, calculado através da fórmula:

$$IA = IPP + ITP$$

IA = Índice de Avaliação
IPP = Índice de Preço Ponderado
ITP = Índice Técnico Ponderado

- 11.10. Será considerado vencedor o Licitante que obtiver o **maior Índice de Avaliação (IA)**, calculado na forma do subitem anterior, sendo a classificação dos demais estabelecida de acordo com a ordem decrescente dos respectivos índices de avaliação.

11.10.1. Caso haja empate entre dois ou mais Licitantes, será realizado sorteio em ato público como critério de desempate, para o qual todas as Licitantes serão convocadas, consoante o disposto no art. 45, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

- 11.11. Concluído o julgamento, o resultado final será comunicado aos Licitantes, através do site do BANDES.

- 11.12. Respeitado o prazo recursal, o processo será encaminhado à Autoridade Competente do BANDES para decisão final e homologação.

12. DOS RECURSOS

- 12.1. Dos atos decorrentes desta Licitação caberão recursos na forma do disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

- 12.2. Eventuais recursos contra quaisquer decisões da Comissão de Licitações deverão ser interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da divulgação da decisão recorrida, nos casos de habilitação ou inabilitação do Licitante, julgamento das propostas, anulação ou revogação da licitação, no site do BANDES.

- 12.3. Os recursos e impugnações aos recursos interpostos deverão ser encaminhados preferencialmente através do e-mail cpl@bandes.com.br, mediante confirmação de recebimento, ou, alternativamente, por correspondência, com Aviso de Recebimento - AR, endereçados à Comissão Especial de Licitações, na Av. Princesa Isabel, nº 54, 9º andar, Centro, Vitória/ES, CEP 29010-906, ou entregue diretamente no Protocolo Geral do BANDES.
- 12.4. Caso haja a interposição de recurso, este será divulgado no site do BANDES, podendo as Licitantes interessadas impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da sua disponibilização.
- 12.5. O recurso deverá ser dirigido à Comissão Especial de Licitação. A Comissão terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para examinar e decidir sobre o recurso, podendo reconsiderar sua decisão ou mantê-la, caso em que encaminhará o processo devidamente informado à Autoridade Competente do BANDES, que decidirá de forma definitiva.
- 12.6. Havendo desistência expressa de todas as Licitantes em recorrer de determinado ato ou decisão referentes a presente Licitação, não será aberto o prazo recursal previsto no art. 109, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

13. DA CONTRATAÇÃO

- 13.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de Contrato, conforme minuta constante do Anexo XII;
- 13.2. O prazo do Contrato a ser firmado será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.
- 13.3. O BANDES fixará o prazo de 10 (dez) dias, contados da convocação do Licitante vencedor, admitida uma única prorrogação, por igual período, a critério do BANDES, para que o Licitante assine o contrato cuja minuta compõe o Anexo XII deste Edital.
- 13.4. O adjudicatário, uma vez convocado, deverá providenciar a assinatura do contrato no prazo fixado, sob pena de decair do direito à contratação.
- 13.5. Como condição prévia à formalização do contrato, o Licitante vencedor deverá informar ao BANDES acerca do responsável técnico encarregado da execução dos serviços e apresentar a documentação listada no item 5, do Anexo I – Termo de Referência.
- 13.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo BANDES, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o a multa pecuniária correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado do contrato, aplicável a critério do BANDES, além das demais penalidades legalmente estabelecidas.
- 13.7. Caso ocorra a hipótese do subitem 13.4, o BANDES poderá convocar os Licitantes remanescentes, segundo a ordem de classificação, facultando-lhes o direito de assinar o contrato, desde que nas mesmas condições da proposta vencedora, observado o prazo do subitem 13.3, porém não lhe sendo aplicável a multa prevista no subitem 13.6.

14. DAS PENALIDADES

- 14.1. As Licitantes estarão sujeitas às penalidades administrativas consignadas na Lei 8.666/93, não obstante as sanções previstas em Contrato;
- 14.2. O Licitante que apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, recusar-se em firmar o instrumento de contratação, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal poderá ficar impedido de licitar e de contratar

com o BANDES e declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo de outras penalidades fixadas neste Edital.

14.2.1. A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com o BANDES não será por prazo superior a 02 (dois) anos ou até que seja promovida a sua reabilitação;

14.2.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o BANDES.

14.3. Pela inexecução do contrato, erro ou demora na execução, ou pelo descumprimento de obrigações nele assumidas, o Licitante será penalizado, sendo-lhe garantida prévia defesa, com as sanções na cláusula de penalidades da Minuta de Contrato (Anexo XII).

14.4. A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

14.5. Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei 8.666/93.

14.6. O contrato poderá ser rescindido nos casos definidos no art. 78 da Lei 8.666/93, e suas posteriores alterações.

15. CRITÉRIO DE REAJUSTE

15.1. Não haverá reajuste de preços antes de decorridos 12 (doze) meses de vigência do contrato. Havendo prorrogação, o contrato poderá ser reajustado aplicando-se, nesse caso, como índice de reajuste, o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

16. CONDUTA ÉTICA DO LICITANTE E DO BANDES

16.1. O Licitante e o BANDES comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental, conforme estabelecido na Cláusula Específica da Minuta de Contrato.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A Comissão Especial de Licitação, a seu exclusivo critério, poderá renunciar aos prazos previstos nos subitens 10.6, 10.10 e 10.14 e efetuar a análise da documentação na própria sessão.

17.2. Havendo desistência expressa de recursos por todos os Licitantes, a Comissão Especial de Licitação, a seu exclusivo critério, poderá continuar os procedimentos da licitação na própria sessão, sem reagendar data para tal.

17.3. A Comissão Especial de Licitação, respeitado o interesse público e do BANDES, poderá releva omissões puramente formais observadas na documentação e/ou propostas, bem como sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do processo licitatório, mediante despacho fundamentado e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

17.4. Os Licitantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não sendo o BANDES em nenhum caso responsável por tais custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



- 17.5. Os proponentes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A constatação de que qualquer dos documentos apresentados não corresponde à realidade implicará na imediata inabilitação ou desclassificação do Licitante, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 17.6. As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os Licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.7. A proposta de qualquer Licitante poderá ser desclassificada até a assinatura do contrato, mediante despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se o BANDES tiver notícia de qualquer fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento desta licitação que desabone a idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa do Licitante.
- 17.8. Para dirimir as questões oriundas do presente Edital, não resolvidas na esfera administrativa, é competente o Foro da Comarca de Vitória/ES, por mais privilegiado que outro seja.

Vitória, 17 de abril de 2018.

ANDRESSA MARIA GUJANSKY SANTANA DOS SANTOS

ANEXO I

CONCORRÊNCIA N.º 2018/01
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE**, para o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, e Fundos de Desenvolvimento: Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais – FUNDAPSOCIAL, Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES e Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES, para o Exercício Social de 2018, nos termos das especificações técnicas descritas abaixo, dentro das normas e procedimentos vigentes de auditoria estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil e, no que não for conflitante com estes, aqueles determinados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Conselho Federal de Contabilidade - CFC e IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. No tocante aos Fundos de Desenvolvimento, também deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos nas legislações de regência e respectivos órgãos reguladores.

2. ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS

2.1. **SERVIÇOS RELACIONADOS AO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A – BANDES, REFERENTES AO 1º SEMESTRE, 2º SEMESTRE E EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018 (DATAS-BASES: 30/06/2018 E 31/12/2018):**

2.1.1. **AUDITORIA SEMESTRAL E ANUAL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES:**

2.1.1.1. Exame e apresentação de Relatório sobre as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas, com emissão de relatório completo e encadernado;

2.1.1.2. Exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Contábeis, com emissão de relatório completo e encadernado.

2.1.2. **RELATÓRIOS SEMESTRAIS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS EMANADAS DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL E DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, CONFORME RESOLUÇÃO CMN Nº 3.198/04, CIRCULAR (BACEN) Nº 3.467/09, E OUTRAS NORMAS APLICÁVEIS:**

2.1.2.1. Do Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares;

2.1.2.2. Do Sistema de Processamento Eletrônico de Dados; e

2.1.2.3. Do Sistema de Gerenciamento de Riscos.

2.1.3. **REVISÃO SEMESTRAL DOS CRITÉRIOS ADOTADOS PELA INSTITUIÇÃO QUANTO À CLASSIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE RISCO E DE AVALIAÇÃO DO PROVISIONAMENTO REGISTRADO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, CONFORME RESOLUÇÃO CMN Nº 2.682/99 E OUTRAS NORMAS APLICÁVEIS.**

2.1.4. **RELATÓRIO DE REVISÃO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS, MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS:**

2.1.4.1. Exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, dos procedimentos adotados para apuração, registro, recolhimento e recuperação dos tributos próprios e retidos na fonte vigentes e dos que venham a ser instituídos na vigência do contrato;

2.1.4.2. Exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, da elaboração das obrigações fiscais e tributárias acessórias, vigentes e das que venham a ser instituídos na vigência do contrato;

2.1.4.3. Os relatórios deverão conter comentários sobre as constatações decorrentes da revisão que tenham consequências financeiras para o contratante, bem como recomendações para a adoção de medidas corretivas cabíveis.

2.2. SERVIÇOS RELACIONADOS AOS FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO, REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018 (DATA-BASE: 31/12/2018):

2.2.1. FUNDO PARA FINANCIAMENTO DE MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS E PROJETOS SOCIAIS - FUNDAPSOCIAL

2.2.1.1. AUDITORIA ANUAL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO FUNDO PARA FINANCIAMENTO DE MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS E PROJETOS SOCIAIS - FUNDAPSOCIAL:

2.2.1.1.1. Exame e apresentação de Relatório sobre as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas elaboradas ao término do exercício social, com emissão de relatório completo e encadernado;

2.2.1.1.2. Exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Contábeis elaboradas ao término do exercício social, com emissão de relatório completo e encadernado.

2.2.2. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - FUNDES

2.2.2.1. AUDITORIA ANUAL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - FUNDES:

2.2.2.1.1. Exame e apresentação de Relatório sobre as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas elaboradas ao término do exercício social, com emissão de relatório completo e encadernado;

2.2.2.1.2. Exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Contábeis elaboradas ao término do exercício social, com emissão de relatório completo e encadernado.

2.2.3. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO – FUNDEPAR-ES

2.2.3.1. AUDITORIA ANUAL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO – FUNDEPAR-ES:

2.2.3.1.1. Exame e apresentação de Relatório sobre as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas elaboradas ao término do exercício social, com emissão de relatório completo e encadernado;

2.2.3.1.2. Exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Contábeis elaboradas ao término do exercício social, com emissão de relatório completo e encadernado.

2.3. CONSULTAS, EM QUANTIDADE DE ATÉ 15 (QUINZE), ACERCA DE QUESTÕES CONCRETAS OU HIPOTÉTICAS RELACIONADAS ÀS ÁREAS E LEGISLAÇÃO CONTÁBIL, FISCAL/TRIBUTÁRIA E SOCIETÁRIA. Não há compromisso de formulação mínima de consultas.

3. RESULTADO DOS TRABALHOS



3.1. Os relatórios deverão ser disponibilizados em arquivo digital extensões PDF/A (Portable Document Format ABNT NBR ISO 19005) e Word (quando indicado) e em meio papel na quantidade de 03 (três) cadernos para cada relatório. A versão impressa deverá ser apresentada em papel timbrado, tamanho A4, cor branca, contracapa com descrição da entidade, título do relatório e data-base conforme descritos no quadro seguinte, com encadernação simples.

3.2. Os prazos, formato da entrega, data-base e estimativa de datas para disponibilização das informações estão definidos nos quadros seguintes:



Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES Serviços referentes ao 1º Semestre de 2018				
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria	Data de Entrega do Relatório
Auditoria Semestral das Demonstrações Contábeis	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente - RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	15/08/2018 (aplica-se à entrega do RAI)
	Relatório completo sobre exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	31/08/2018
Avaliação Semestral da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.198/04 e Circular (BACEN) nº 3.467/09.	Relatórios sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	28/09/2018
	Relatórios sobre o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	28/09/2018
	Relatórios sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	28/09/2018
Revisão Semestral de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99 e outras normas aplicáveis.	Relatório Semestral Circunstanciado (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	28/09/2018



Revisão das Obrigações Fiscais e Tributárias, Municipais, Estaduais E Federais.	Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, dos procedimentos adotados para apuração, registro, recolhimento e recuperação dos tributos próprios e retidos na fonte vigentes e dos que venham a ser instituídos na vigência do contrato; e Exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, da elaboração das obrigações fiscais e tributárias acessórias, vigentes e das que venham a ser instituídas na vigência do contrato. (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	Até 20/07/2018	14/08/2018
Revisão de consistência de informações transmitidas ao Fisco por meio da Escrituração Contábil Fiscal - ECF.	Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente e do correto preenchimento e da integridade da Escrituração Contábil Fiscal - ECF, referente ao ano-calendário anterior (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017	Até 30/06/2018	15 dias após disponibilização das informações



Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES Serviços referentes ao 2º Semestre e Exercício Social de 2018				
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria	Data de Entrega do Relatório
Auditoria Semestral e Anual das Demonstrações Contábeis	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente - RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2018	De 19/01 a 31/01/2019	19/02/2019 (aplica-se à entrega do RAI)
	Relatório completo sobre exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	02/03/2019
Avaliação Semestral da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.198/04 e Circular (BACEN) nº 3.467/09.	Relatórios sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	02/03/2019
	Relatórios sobre o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	02/03/2019
	Relatórios sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	02/03/2019
Revisão Semestral de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99 e outras normas aplicáveis.	Relatório Semestral Circunstanciado (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	31/03/2019

Revisão das Obrigações Fiscais e Tributárias, Municipais, Estaduais e Federais.	Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, dos procedimentos adotados para apuração, registro, recolhimento e recuperação dos tributos próprios e retidos na fonte vigentes e dos que venham a ser instituídos na vigência do contrato; e exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, da elaboração das obrigações fiscais e tributárias acessórias, vigentes e das que venham a ser instituídos na vigência do contrato. (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	Até 22/01/2019	09/02/2019
---	---	------------	----------------	------------



Fundo para o Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais - FUNDAPSOCIAL				
Serviços referentes ao Exercício Social de 2018				
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria	Data de Entrega do Relatório
Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente - RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019 (aplica-se à entrega do RAI)
	Relatório completo sobre exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019



Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES				
Serviços referentes ao Exercício Social de 2018				
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria	Data de Entrega do Relatório
Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente - RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019 (aplica-se à entrega do RAI)
	Relatório completo sobre exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019



Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo - FUNDEPAR - ES				
Serviços referentes ao Exercício Social de 2018				
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria	Data de Entrega do Relatório
Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente - RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019 (aplica-se à entrega do RAI)
	Relatório completo sobre exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019

Relatório	Prazo de Entrega
Planejamento da Auditoria, contendo: cronograma de visitas; detalhamento individualizado dos profissionais e das horas despendidas na prestação dos serviços, por relatório e Entidades (Bandes e Fundos); e procedimentos adotados em termos de natureza e extensão (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	Em até 15 (quinze) dias a contar da data de assinatura do contrato.

O prazo máximo de entrega dos relatórios aplica-se à versão preliminar em arquivo digital. A versão definitiva deverá ser entregue em até 05 dias úteis após manifestação do Contratante.

As informações contábeis e documentos objeto de trabalho da Auditoria Externa serão disponibilizados em volume significativo nas datas iniciais e intermediárias definidas no campo **Estimativa de Datas para Disponibilização de Informações para a Auditoria**. Na data final do referido campo, serão entregues, somente, informações e documentos remanescentes e/ou complementares.

As datas dos campos **Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria** e **Prazo de Entrega** poderão ser alteradas a critério do Contratante.

4. VIGÊNCIA E PRAZO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

5. EQUIPE TÉCNICA

5.1. A contratada deverá dispor de um Responsável Técnico que deverá ter os seguintes requisitos mínimos:

5.1.1. Formação Universitária em Ciências Contábeis;

5.1.2. Pós-Graduação na área de auditoria e/ou tributária;

5.1.3. Aprovação em exame de certificação para atuação em auditoria de instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, organizado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e em conjunto com o IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em atendimento à Resolução CMN nº 3.771, de 26/08/2009, e alterações posteriores.

5.1.4. Experiência na prestação de serviços de auditoria de demonstrações contábeis de instituições financeiras enquadradas como, bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, bancos múltiplos, caixa econômica federal.

5.1.5. Atuação como responsável técnico em auditoria de instituições financeiras referidas no item anterior, em no mínimo 02 (dois) exercícios sociais completos consecutivos ou não, nos últimos 06 (seis) anos.

5.2. Documentos comprobatórios:

5.2.1. Diploma ou certificado de conclusão de graduação, pós-graduação emitida por instituição de ensino devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC;

5.2.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), contrato social ou documento que o substitua;

5.2.3. Registro de Auditor Independente na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme Instrução CVM nº 308, de 14/05/1999 e alterações posteriores;

5.2.4. Registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI, conforme Resolução CMN nº 3.198, de 27/05/2004; e Resolução CFC nº 1.495, de 20/11/2015;

5.2.5. A comprovação da atuação como responsável técnico em auditoria de instituições financeiras será efetuada por meio da apresentação de relatório de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, firmado pelo profissional, em original ou publicação na imprensa oficial, jornal de grande circulação, revista especializada, ou sítio eletrônico compatível com o prazo de contratação em carteira profissional ou contrato social e prazo do contrato de auditoria com a respectiva instituição financeira.

5.3. A experiência profissional será comprovada pelo vínculo empregatício com empresa de auditoria, por meio de cópia de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou contrato social em que conste o profissional como sócio; ou contrato de prestação de serviços previsto na legislação civil.

5.4. Caberá ao Responsável Técnico indicado participar de reuniões das Assembleias Gerais de Acionistas, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria do BANDES sempre que for convocado, observando-se, ainda, as obrigatoriedades de comparecimento às reuniões em cumprimento às disposições estabelecidas na legislação.

5.5. A substituição do Responsável Técnico no curso do contrato está condicionada à autorização do Contratante, e somente será admitida por substituto de perfil profissional igual ou superior ao do substituído;

5.6. A indicação do Responsável Técnico e apresentação da comprovação da qualificação e experiência profissional serão efetuadas no ato de assinatura do contrato.

6. PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado somente após a entrega da versão definitiva do relatório, acompanhada da apresentação da Nota Fiscal, conforme preços totais de relatórios definidos no quadro do Anexo IV - Proposta de Preço.

6.2. A conferência da Nota Fiscal será efetuada pelo setor responsável pelo acompanhamento do contrato.

6.3. O documento de cobrança rejeitado por erros ou incorreções, será devolvido ao contratado para correções.

6.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidades ou inadimplemento, sem que isso gere direito ao pleito de atualização.

6.5. Fica assegurado ao BANDES o direito de deduzir do pagamento devido à Contratada, independente da aplicação de multas, importância correspondente a:

6.5.1. Débitos a que tiver dado causa;

6.5.2. Despesas relativas à correção de eventuais falhas;

6.5.3. Dedução relativa a insumos de sua responsabilidade não fornecidos;

6.5.4. Utilização de equipamentos do BANDES cujo fornecimento seja obrigação da Contratada.

6.6. Se devido, serão procedidos nos pagamentos a serem efetuados as retenções de impostos nas hipóteses previstas na lei. Caso a Contratada seja optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com cada NF/Fatura, a cópia do Termo de Opção.

6.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA

7.1. Apresentar atestado(s) de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços de auditoria independente sobre demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis vigentes adotadas no Brasil, por exercício(s) social(is) completo(s), em instituição financeira nacional detentora de ativo total de valor igual ou superior a um bilhão e setenta e sete milhões de reais. Ainda que o objeto licitado abranja as entidades BANDES e Fundos, o parâmetro exigido de ativo total foi calculado no percentual de setenta por cento, aplicado unicamente sobre os grupos contábeis da entidade Bandes constantes do balanço patrimonial do exercício social de 2016.

7.1.1. Para a referida comprovação deverá ser apresentado atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por órgãos da administração pública ou entidade privada, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão tomador, compatível com o objeto desta licitação.

7.1.2. Para fins deste Edital, o conceito de instituição financeira nacional abrange as seguintes instituições: bancos de desenvolvimento, agências de fomentos, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, bancos comerciais, bancos múltiplos e Caixa Econômica Federal, cujas definições estão disponíveis no site eletrônico do Banco Central do Brasil, em http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bancos_caixas.asp?idpai=SFNCOMP

7.2. Registro ou prova de inscrição da pessoa jurídica Licitante no CRC – Conselho Regional de Contabilidade;

7.3. Registro ou prova de inscrição da pessoa jurídica Licitante na CVM – Comissão de Valores Mobiliários;

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do CONTRATANTE quando ao objeto do contrato;
- 8.2. Responder ao CONTRATANTE, através de fax, e-mail, telefone ou contato pessoal, na vigência do contrato, consultas acerca de questões concretas ou hipotéticas relacionadas às áreas e legislação contábil, fiscal/tributária e societária, no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis, devendo formalizar expressamente, no prazo de 03 (três) dias úteis, a resposta prestada em meio eletrônico;
- 8.3. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos fiscais e comerciais e pelos custos relativos à mão de obra, diárias e transporte de seu pessoal, utilizado na execução dos serviços;
- 8.4. Manter, durante a vigência da prestação dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.
- 8.5. Não subcontratar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados;
- 8.6. Responsabilizar-se pelo ressarcimento de quaisquer danos diretos comprovados, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto do contrato;
- 8.7. Assumir a defesa contra todas as reclamações e arcar com os ônus decorrentes de ações judiciais, por prejuízos havidos e originados diretamente da execução do objeto do contrato e que possam ser arguidos contra o CONTRATANTE por terceiros, excluindo as ações decorrentes de danos indiretos e de lucros cessantes aos quais a CONTRATADA, comprovadamente, não tenha dado causa;
- 8.8. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos fiscais e comerciais e pelos custos relativos à mão de obra, diárias e transporte de seu pessoal, utilizado na execução dos serviços;
- 8.9. Responsabilizar-se pelo bom comportamento de seu pessoal, podendo a CONTRATANTE solicitar a substituição imediata de qualquer empregado cuja permanência na área de trabalho seja por ele considerada inconveniente, justificado o motivo da necessidade de substituição;
- 8.10. Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos, bem como por quaisquer infrações de natureza fiscal, decorrentes da execução do contrato;
- 8.11. Responsabilizar-se pela restituição das importâncias cobradas e recebidas a maior, relativas aos tributos mencionados acima;
- 8.12. Garantir e manter total e absoluto sigilo sobre as informações manuseadas, as quais devem ser utilizadas apenas para a condução das atividades autorizadas, não podendo ter quaisquer outros usos, sob pena de rescisão contratual e medidas cíveis e penais cabíveis;
- 8.13. Assumir inteira responsabilidade pelo uso indevido ou ilegal de informações privilegiadas do CONTRATANTE, através do manuseio de sistemas e manipulação de dados praticados por seus empregados;
- 8.14. Conduzir os trabalhos em harmonia com as atividades normais do CONTRATANTE, de modo a não causar transtornos no andamento normal de seus serviços e horários de trabalho estabelecidos pelas normas legais ou internas;
- 8.15. Submeter ao CONTRATANTE o “curriculum vitae” dos substitutos de integrantes da equipe designada para a prestação do serviço, após a celebração do contrato. A substituição de profissional somente poderá ocorrer por outro de qualificação (experiência/escolaridade) igual ou superior a do substituído, mediante autorização do CONTRATANTE.

8.16. Responsabilizar-se pelo pagamento que lhe couber no recolhimento dos impostos devidos na época da assinatura do contrato, bem como dos demais tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços abrangidos pelo contrato, durante a sua execução;

8.17. Realizar os trabalhos observando as normas e procedimentos de auditoria estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil, e no que não for conflitante com estas, aqueles determinados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON ou outras instituições governamentais que venham a ser legalmente habilitadas;

8.18. Incluir no preço final proposto todas as despesas com salários, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, materiais, equipamentos, seguros, tributos diretos e indiretos, custos relativos a transporte, impostos, taxas, seguros, custos com diárias, hospedagens, traslados, passagens, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e demais despesas que se fizerem necessárias à perfeita e total execução dos serviços.

8.19. Utilizar na prestação dos serviços, profissionais de seu quadro de pessoal, que possuam experiência nos serviços que lhes couber executar, correndo por sua conta exclusiva, todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, social, fiscal, bem como impostos, taxas, seguros, multas, contribuições e outros encargos que venham a incidir sobre os serviços a serem contratados ou que direta ou indiretamente com eles se relacionem, inclusive encargos decorrentes de eventuais acidentes de trabalho;

8.20. Participar de reuniões das Assembleias Gerais de Acionistas, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria do BANDES sempre que for convocado, observando-se, ainda, as obrigatoriedades de comparecimento às reuniões em cumprimento às disposições estabelecidas na legislação.

8.21. A CONTRATADA reconhece o direito de o CONTRATANTE, mediante solicitação formal, autorizar o acesso do Banco Central do Brasil, a qualquer tempo, aos papéis de trabalho da CONTRATADA, bem como a quaisquer outros documentos que tenham servido de base ou evidência para emissão dos relatórios de auditoria elaborados, nos termos da Resolução nº 3.198/2004 do Conselho Monetário Nacional e seu regulamento.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

9.2. Alocar os recursos necessários à contratação dos serviços, conferir a fatura e efetuar os pagamentos correspondentes.

9.3. Acompanhar a execução do serviço contratado, disponibilizando um representante do seu quadro de pessoal para fiscalizá-lo.

9.3.1. Fiscalização terá por objetivo verificar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, visando assegurar que os serviços sejam executados atendendo ao estipulado pelo contrato, podendo, inclusive, recusar ou sustar qualquer serviço executado em desacordo com as cláusulas contratuais ou que atente contra a segurança do pessoal ou bens do CONTRATANTE ou de terceiros.

10. PREÇO MÁXIMO DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

10.1. O preço máximo de aceitabilidade das propostas para esta contratação, demonstrado abaixo, foi apurado por meio de pesquisa de mercado entre empresas especializadas e instituições financeiras:

LOTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QTDE. RELATÓRIOS	PREÇO MÁXIMO DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS
1	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES Serviços referentes ao 1º Semestre e 2º Semestre e Exercício Social de 2018. Inclui a quantidade de até 15 (quinze) consultas acerca de questões concretas ou hipotéticas relacionadas às temáticas contábil, fiscal/tributária e societária.	15	R\$ 524.200,16
	Fundo para o Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais - FUNDAPSOCIAL Serviços referentes ao Exercício Social de 2018.	2	
	Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES Serviços referentes ao Exercício Social de 2018.	2	
	Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo - FUNDEPAR - ES Serviços referentes ao Exercício Social de 2018.	2	
	Total	21	

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS CONTRATUAIS

11.1. A contratada deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas no edital, sujeitando-se às penalidades constantes nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo das seguintes sanções previstas em contrato:

- 11.1.1. Advertência;
- 11.1.2. Multa moratória de 10% (dez por cento), aplicada sobre o percentual/valor correspondente ao relatório entregue fora do prazo definido no item 3, caso não tenha motivo devidamente justificado e aceito pelo BANDES.
- 11.1.3. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do instrumento contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado ou descumprimento das demais cláusulas contratuais;
- 11.1.4. Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com o BANDES por prazo não superior a 02 (dois) anos ou até que seja promovida a sua reabilitação;
- 11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o BANDES.

11.2. Caso ocorram mais de 05 (cinco) ocorrências de atraso na entrega dos relatórios sem motivo justificado, o instrumento contratual poderá ser rescindido, a critério do BANDES, e aplicadas as demais sanções previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais hipóteses de rescisão previstas na lei 8.666/93.

11.3. A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

11.4. As penalidades descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.5. Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei 8.666/93.

11.6. O contrato poderá ser rescindido nos casos definidos no art. 78 da Lei 8.666/93, e suas posteriores alterações.

12. REAJUSTAMENTO

12.1. Não haverá reajuste de preços antes de decorridos 12 (doze) meses de vigência do contrato. Havendo prorrogação, o contrato poderá ser reajustado aplicando-se, nesse caso, como índice de reajuste, o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

13. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1. A nota final, para fins de apuração da proposta vencedora, será obtida por meio do índice de avaliação, calculado através da fórmula:

$$IA = IPP + ITP$$

Legenda:

IA = índice de avaliação

IPP = índice de preço ponderado

ITP = índice técnico ponderado

13.2. O índice de preço ponderado será calculado por meio da fórmula:

$$IPP = (MP / PO) \times 3$$

Legenda:

IPP = índice de preço ponderado

MP = menor preço ofertado entre os Licitantes

PO = preço ofertado pelo Licitante

3 = fator de ponderação

13.3. O índice técnico ponderado será calculado por meio da fórmula:

$$ITP = (PTP / MPT) \times 7$$

Legenda:

ITP = índice técnico ponderado

PTP = pontuação técnica da proposta em exame

MPT = maior pontuação técnica entre os participantes

7 = fator de ponderação

PONTUAÇÃO TÉCNICA - CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO E AVALIAÇÃO

13.4. A pontuação técnica será calculada da seguinte forma:

- 13.4.1. Execução de trabalhos de auditoria sobre as demonstrações contábeis e/ou financeiras em bancos de desenvolvimento, agências de fomento, bancos comerciais, múltiplos com carteira comercial e Caixa Econômica Federal, no padrão BR – GAAP, em exercícios sociais completos, no período de 2013 a 2017, conforme:

- a) 5 (cinco) pontos para cada atestado referente a serviços prestados a instituições que apresentem patrimônio líquido acima de R\$ 587.000.000,00 (quinhentos e oitenta e sete milhões de reais) – Porte 1.
- b) 3 (três) pontos para cada atestado referente a serviços prestados a instituições que apresentem patrimônio líquido entre R\$ 587.000.000,00 (quinhentos e oitenta e sete milhões de reais) e R\$ 352.000.000,00 (trezentos e cinquenta e dois milhões de reais) – Porte 2.
- c) 2 (dois) pontos para cada atestado referente a serviços prestados a instituições que apresentem patrimônio inferior a R\$ 352.000.000,00 (trezentos e cinquenta e dois milhões de reais) – Porte 3.

13.5. Será pontuado, por licitante, somente 1 (um) atestado por instituição financeira auditada.

13.6. Os atestados de realização de trabalhos em empresas de maior porte poderão ser utilizados para pontuação relativa às de menor porte, desde que indicado pela Licitante na apresentação da proposta técnica (Anexo III).

13.7. Será desclassificada a licitante que obtiver pontuação 0 (zero) em qualquer dos portes.

13.8. Documentação comprobatória:

- 13.8.1. Atestado de Capacidade Técnica - ATC, que comprove a execução de serviços de auditoria sobre as demonstrações contábeis e/ou financeiras de bancos de desenvolvimento, agências de fomento, bancos comerciais, múltiplos com carteira comercial e Caixa Econômica Federal, no padrão BR – GAAP, exercícios sociais completos, no período de 2013 a 2017.
- 13.8.2. O atestado deverá consignar o exercício social e o patrimônio líquido apresentado no balanço patrimonial auditado, ser emitido em papel timbrado e firmado pelo representante legal da instituição financeira.
- 13.8.3. Serão pontuados no máximo 10 (dez) atestados em cada porte, que multiplicados pelos respectivos pesos: 05 (cinco), 03 (três) e 02 (dois), e somados, resultarão na pontuação máxima, correspondente a 100 (cem) pontos.

Porte	Crerios de Pontuação	Peso	Quantidade Máxima de Atestados	Pontuação
P1	Instituição financeira que apresentem patrimônio líquido acima de R\$ 587.000.000,00.	5	10	50 pontos
P2	Instituição financeira que apresente patrimônio líquido entre R\$ 587.000.000,00 e R\$ 352.000.000,00.	3	10	30 pontos
P3	Instituição financeira que apresente patrimônio inferior a R\$ 352.000.000,00.	2	10	20 pontos
Pontuação Técnica da Proposta do licitante (P1 + P2 + P3)				100 pontos

Modelo de Proposta de Preço

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES Serviços referentes ao 1º Semestre de 2018						
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria	Data de Entrega do Relatório	% Fat	Preço Serviço R\$
Auditoria Semestral das Demonstrações Contábeis	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente - RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	15/08/2018 (aplica-se à entrega do RAI)	8	
	Relatório completo sobre exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	31/08/2018	2	
Avaliação Semestral da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.198/04 e Circular (BACEN) nº 3.467/09.	Relatórios sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	28/09/2018	3	
	Relatórios sobre o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	28/09/2018	3	
	Relatórios sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	28/09/2018	2	
Revisão Semestral de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99 e outras normas aplicáveis.	Relatório Semestral Circunstanciado (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	28/09/2018	4	

Revisão das Obrigações Fiscais e Tributárias, Municipais, Estaduais E Federais.	Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, dos procedimentos adotados para apuração, registro, recolhimento e recuperação dos tributos próprios e retidos na fonte vigentes e dos que venham a ser instituídos na vigência do contrato; e Exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, da elaboração das obrigações fiscais e tributárias acessórias, vigentes e das que venham a ser instituídas na vigência do contrato. (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	Até 20/07/2018	14/08/2018	4	
Revisão de consistência de informações transmitidas ao Fisco por meio da Escrituração Contábil Fiscal - ECF.	Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente e do correto preenchimento e da integridade da Escrituração Contábil Fiscal - ECF, referente ao ano-calendário anterior (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017	Até 30/06/2018	15 dias após disponibilização das informações	4	
				Subtotal	30	



Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES						
Serviços referentes ao 2º Semestre e Exercício Social de 2018						
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria	Data de Entrega do Relatório	% Fat	Preço Serviço R\$
Auditoria Semestral e Anual das Demonstrações Contábeis	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente - RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2018	De 19/01 a 31/01/2019	19/02/2019 (aplica-se à entrega do RAI)	10	
	Relatório completo sobre exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	02/03/2019	3	
Avaliação Semestral da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.198/04 e Circular (BACEN) nº 3.467/09.	Relatórios sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	02/03/2019	3	
	Relatórios sobre o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	02/03/2019	3	
	Relatórios sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	02/03/2019	2	
Revisão Semestral de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99 e outras normas aplicáveis.	Relatório Semestral Circunstanciado (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	31/03/2019	4	

Revisão das Obrigações Fiscais e Tributárias, Municipais, Estaduais e Federais.	Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, dos procedimentos adotados para apuração, registro, recolhimento e recuperação dos tributos próprios e retidos na fonte vigentes e dos que venham a ser instituídos na vigência do contrato; e exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, da elaboração das obrigações fiscais e tributárias acessórias, vigentes e das que venham a ser instituídos na vigência do contrato. (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	Até 22/01/2019	09/02/2019	4	
Consultas, em quantidade de até 15 (quinze), acerca de questões concretas ou hipotéticas relacionadas às áreas e legislação contábil, fiscal/tributária e societária.	As consultas poderão ser efetuadas por e-mail, telefone ou contrato pessoal. As respostas deverão ser disponibilizadas via e-mail, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, e terão após esse prazo, mais 24 (vinte e quatro) horas para serem encaminhadas nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF. O valor unitário por consulta será o resultante da aplicação do percentual de faturamento definido no campo % Fat sobre o valor total do contrato dividido por 12 (doze). Serão consideradas aptas para faturamento somente consultas que contenham respostas consistentes e fundamentadas na legislação correspondente. Não há compromisso de formulação mínima de consultas.				1	
				Subtotal	30	
				Total	60	



Fundo para o Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais - FUNDAPSOCIAL						
Serviços referentes ao Exercício Social de 2018						
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria	Data de Entrega do Relatório	% Fat	Preço Serviço R\$
Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente - RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019 (aplica-se à entrega do RAI)	7	
	Relatório completo sobre exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019	3	
				Total	10	



Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES						
Serviços referentes ao Exercício Social de 2018						
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria	Data de Entrega do Relatório	% Fat	Preço Serviço R\$
Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente - RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019 (aplica-se à entrega do RAI)	10	
	Relatório completo sobre exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019	5	
				Total	15	



Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo - FUNDEPAR - ES						
Serviços referentes ao Exercício Social de 2018						
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria	Data de Entrega do Relatório	% Fat	Preço Serviço R\$
Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente - RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019 (aplica-se à entrega do RAI)	10	
	Relatório completo sobre exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019	5	
				Total	15	
				Total Geral	100	



Elaborado por:

Aprovado por:



ANEXO II

CONCORRÊNCIA Nº 2018/01 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

ENVELOPE 01 – APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O Licitante para habilitar-se a participar do presente certame apresentará a documentação relacionada a seguir:
 - 1.1. Em caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, declaração de que cumpre plenamente os requisitos de qualificação como ME e EPP, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 (ANEXO VII);
 - 1.2. Declaração de inexistência de fato superveniente que impeça a participação na licitação (ANEXO VIII);
 - 1.3. Declaração do Licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n.º 9.854/99) (ANEXO IX);
 - 1.4. Declaração de que concorda com todas as condições expressas no Edital e seus Anexos (ANEXO X);
 - 1.5. Declaração de que dispõe ou disporá, até o momento da contratação, em seu quadro efetivo de profissionais em número e qualificação exigida para a prestação dos serviços a serem contratados (ANEXO XI).
 - 1.6. Os documentos listados acima deverão ser apresentados com a firma do representante legal reconhecida em cartório.

2. Habilitação Jurídica:

- 2.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 2.3. Inscrição no registro competente do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício;
- 2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3. Habilitação Fiscal:

- 3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 3.2. Prova de regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União - Certidão Conjunta PGFN e RFB;
- 3.3. Prova de regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
- 3.4. Prova de regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;
- 3.5. Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- 3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011).

4. Qualificação Econômico-Financeira:

- 4.1. Certidão negativa de pedido de falência ou concordata e/ou recuperação judicial, expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) da comarca da sede da pessoa jurídica, emitida até 60 (sessenta) dias anteriores à data da entrega dos envelopes.
 - 4.1.1. Apresentar, também, Certidão da Corregedoria do Tribunal de Justiça, informando quais são os cartórios distribuidores da sede do **Licitante** que são competentes para expedir as certidões acima.
- 4.2. Balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, vedada apresentação de balancetes ou balanços provisórios.
- 4.3. O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicações no Diário Oficial.
- 4.4. Demais firmas deverão apresentar o balanço autenticado/certificado por contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade competente, no qual estejam mencionados, expressamente, o termo de abertura e encerramento, e o número das folhas do "livro diário" em que o balanço se encontra regularmente transcrito.
- 4.5. As empresas com menos de 01 (um) ano de existência apresentarão Balancetes do mês anterior ao dia da realização da Licitação, autenticado por profissional credenciado na forma exigida no subitem anterior.
- 4.6. Índice de Liquidez Geral (LG), de Solvência Geral (SG) e de Liquidez Corrente (LC), iguais ou maiores que um ($=$ ou > 1), apurado através das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}} = \text{ou} > 1$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}} = \text{ou} > 1$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{ou} > 1$$

- 4.7. O Licitante que apresentar resultado menor do que 01 (um), em qualquer dos índices referidos acima, quando de suas habilitações, deverá comprovar patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei 8.666/93, como exigência imprescindível para sua classificação.
- 4.8. A comprovação de patrimônio líquido será equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação, ou seja, R\$45.000,00, considerando o valor estimado para o período de 12 meses, conforme determina a Lei 8.666/93.

5. Qualificação Técnica:

- 5.1. Apresentar atestado(s) de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços de auditoria independente sobre demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis vigentes adotadas no Brasil, por exercício(s) social(is) completo(s), em instituição financeira nacional detentora de ativo total de valor igual ou superior a um bilhão e setenta e sete milhões de reais. Ainda que o objeto licitado abranja as entidades BANDES e Fundos, o parâmetro exigido de ativo total foi calculado no percentual de setenta por cento, aplicado unicamente sobre os grupos contábeis da entidade Bandes constantes do balanço patrimonial do exercício social de 2016.

5.1.1. Para a referida comprovação deverá ser apresentado atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por órgãos da administração pública ou entidade privada, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão tomador, compatível com o objeto desta licitação.

5.1.2. Para fins deste Edital, o conceito de instituição financeira nacional abrange as seguintes instituições: bancos de desenvolvimento, agências de fomento, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, bancos comerciais, bancos múltiplos e Caixa Econômica Federal, cujas definições estão disponíveis no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil, em http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bancos_caixas.asp?idpai=SFNCOMP.

- 5.2. Registro ou prova de inscrição da pessoa jurídica Licitante no CRC – Conselho Regional de Contabilidade;

- 5.3. Registro ou prova de inscrição da pessoa jurídica Licitante na CVM – Comissão de Valores Mobiliários;

6. Caso a Licitante pretenda executar o objeto com estabelecimento (matriz e/ou filial) diverso do que atua como Licitante nesta Concorrência, ou caso pretenda executar o objeto juntamente com outro estabelecimento (matriz e/ou filial) que não atue como Licitante nesta Concorrência, para fins de habilitação, este deverá, conforme o caso, observar as orientações abaixo:

- 6.1.1. Se a Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
 - 6.1.2. Se a Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
 - 6.1.3. Se a Licitante for matriz e a responsável pela execução da contratação for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
 - 6.1.4. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
7. Os documentos apresentados na licitação deverão ser válidos e vigentes na data da sua abertura. Os documentos que perderem validade e/ou vigência no curso da licitação deverão ser reapresentados válidos e vigentes na data da assinatura do contrato.
8. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados por uma das seguintes formas, permanecendo anexados ao processo:
 - a) Em original;
 - b) Por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão Especial de Licitação;
 - c) Cópia de publicação em órgão de Imprensa Oficial, desde que autenticada;
 - d) Emitidos na Internet, cuja autenticidade possa ser aferida pelo sítio oficial do órgão emissor.
- 8.1. O documento apresentado sob a forma de cópia autenticada por membro da Comissão Especial de Licitação será comparado ao respectivo original e, caso idêntico, será identificado como tal, devolvendo-se o original ao Licitante.
- 8.2. A autenticação de cópias de documentos por membro da Comissão Especial de Licitação deverá ser providenciada até **48 (quarenta e oito) horas do dia anterior à data fixada para abertura dos envelopes**, ficando a responsabilidade pela reprodução a cargo somente da Licitante. Não será autenticado nenhum documento após o prazo máximo acima definido, tampouco no dia da sessão.
 - 8.2.1. Durante a sessão, a Comissão de Licitações não autenticará nenhum documento, mesmo que a licitante apresente cópia e original.
- 8.3. O documento cuja validade, vigência e/ou autenticidade seja aferível pela internet poderá ser verificado pela Comissão Especial de Licitação no sítio eletrônico pertinente.
9. O Licitante que estiver desobrigado de apresentar quaisquer documentos exigidos na fase de habilitação deverá comprovar tal condição por meio de certificado expedido pelo órgão competente ou pela indicação da legislação aplicável em vigor, devendo, no entanto, apresentar os documentos que a sua condição indicar como substitutos, se for o caso.
10. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes contenham alguma restrição.
 - 10.1. A ME ou EPP que apresentar documentos comprobatórios de regularidade fiscal com restrições terá assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para regularizá-los, pagar ou parcelar débitos e emitir eventual certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame. O prazo é prorrogável por igual período, a critério do BANDES, mediante

requerimento escrito e fundamentado dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, protocolado dentro do prazo original.

- 10.2. A não regularização dos documentos no prazo previsto ou concedido mediante prorrogação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultada ao BANDES a convocação dos Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

ANEXO III

CONCORRÊNCIA 2018/01

PROPOSTA TÉCNICA

ENVELOPE 02 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

RAZÃO SOCIAL: <nome do Licitante>

CNPJ: <nº do CNPJ>

ENDEREÇO: <endereço completo>

TELEFONE: <nº do telefone de contato>

E-MAIL: <e-mail de contato>

REPRESENTANTE LEGAL: <nome do representante legal da Licitante>

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de auditoria independente, conforme as especificações do Edital **CONCORRÊNCIA BANDES 2018/01** e seus anexos.

PLANILHA DE PONTUAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA:

1 – Atestados apresentados (em anexo):

Porte	Descrição sumária	Peso	Pontuação total por porte
1		5	__ pontos
2		3	__ pontos

3		2	__ pontos
Pontuação Total			__ pontos

Observações:

- O presente documento deverá ser emitido em papel timbrado que identifique a Licitante;
- Todos os itens mencionados na Proposta Técnica deverão ter seu respectivo documento de comprovação anexado ao processo.

[Local], [dia] de [mês por extenso] de [ano].

[Nome e assinatura do Representante Legal com firma reconhecida em cartório]



ANEXO IV

CONCORRÊNCIA Nº 2018/01

PROPOSTA DE PREÇO

ENVELOPE 3 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL: <nome do Licitante>

CNPJ: <nº do CNPJ>

ENDEREÇO: <endereço completo>

TELEFONE: <nº do telefone de contato>

E-MAIL: <e-mail de contato>

REPRESENTANTE LEGAL: <nome do representante legal da Licitante>

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de auditoria independente, conforme as especificações do Edital **CONCORRÊNCIA BANDES 2018/01** e seus anexos.

QUADRO RESUMO DA PROPOSTA DE PREÇOS

LOTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QTDE. RELATÓRIOS	% Faturamento	Valor Proposto
1	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES Serviços referentes ao 1º Semestre e 2º Semestre e Exercício Social de 2018. Inclui a quantidade de até 15 (quinze) consultas acerca de questões concretas ou hipotéticas relacionadas às temáticas contábil, fiscal/tributária e societária.	15	60%	R\$ _____
	Fundo para o Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais - FUNDAPSOCIAL Serviços referentes ao Exercício Social de 2018.	2	10%	R\$ _____
	Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES Serviços referentes ao Exercício Social de 2018.	2	15%	R\$ _____
	Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo - FUNDEPAR - ES Serviços referentes ao Exercício Social de 2018.	2	15%	R\$ _____
	Total	21	100%	R\$ _____

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: ____ (valor por extenso) dias.

DECLARAÇÕES:

Declaro que, nos preços propostos, estão inclusas os benefícios e os custos diretos e indiretos decorrentes da execução do objeto do Contrato, não só as despesas diretas com a aquisição de materiais e pagamento de profissionais, como também as indiretas, dentre elas despesas com locomoção de seus profissionais (transportes), hospedagem e alimentação dos mesmos, despesas financeiras, contribuições devidas à Previdência Social, encargos sociais e trabalhistas, impostos, taxas, contribuições parafiscais e emolumentos incidentes sobre os serviços, ou outras quaisquer despesas, sejam de que natureza forem.

Declaro que a oferta atende às exigências e especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

OBSERVAÇÕES:

A presente Proposta de Preço deverá ser grafada em R\$ (reais) e apresentada em língua portuguesa, impressa em 01 (uma) via, em papel timbrado da Licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo as especificações do objeto a que se refere este certame, devendo, ainda, ser datada, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal da Licitante.

A validade da proposta não poderá ser inferior a 60 dias.

A Licitante indicará na Proposta de Preço o número da Licitação, o nome e endereço completos, CNPJ, números de telefone e de fax, bem como endereço eletrônico (e-mail), para fins de eventuais contatos, assim como dados e qualificação completa do representante legal que será responsável pela celebração do Contrato.

O Envelope nº 03 - Proposta de Preço deverá conter a presente Proposta, inclusive o Detalhamento da Proposta de Preços, em 01 (uma) via, a qual deverá ser apresentada em estrita conformidade com o presente **ANEXO**.

[Local], [dia] de [mês por extenso] de [ano].

[Nome e assinatura do Representante Legal com firma reconhecida em cartório]

Anexo IV - Detalhamento da Proposta de Preço

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES Serviços referentes ao 1º Semestre de 2018						
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria	Data de Entrega do Relatório	% Fat	Preço Serviço R\$
Auditoria Semestral das Demonstrações Contábeis	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente - RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	15/08/2018 (aplica-se à entrega do RAI)	8	
	Relatório completo sobre exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	31/08/2018	2	
Avaliação Semestral da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.198/04 e Circular (BACEN) nº 3.467/09.	Relatórios sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	28/09/2018	3	
	Relatórios sobre o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	28/09/2018	3	
	Relatórios sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	28/09/2018	2	
Revisão Semestral de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99 e outras normas aplicáveis.	Relatório Semestral Circunstanciado (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	28/09/2018	4	

Revisão das Obrigações Fiscais e Tributárias, Municipais, Estaduais E Federais.	Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, dos procedimentos adotados para apuração, registro, recolhimento e recuperação dos tributos próprios e retidos na fonte vigentes e dos que venham a ser instituídos na vigência do contrato; e Exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, da elaboração das obrigações fiscais e tributárias acessórias, vigentes e das que venham a ser instituídas na vigência do contrato. (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	Até 20/07/2018	14/08/2018	4	
Revisão de consistência de informações transmitidas ao Fisco por meio da Escrituração Contábil Fiscal - ECF.	Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente e do correto preenchimento e da integridade da Escrituração Contábil Fiscal - ECF, referente ao ano-calendário anterior (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017	Até 30/06/2018	15 dias após disponibilização das informações	4	
				Subtotal	30	

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES Serviços referentes ao 2º Semestre e Exercício Social de 2018						
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria	Data de Entrega do Relatório	% Fat	Preço Serviço R\$
Auditoria Semestral e Anual das Demonstrações Contábeis	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente - RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2018	De 19/01 a 31/01/2019	19/02/2019 (aplica-se à entrega do RAI)	10	
	Relatório completo sobre exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	02/03/2019	3	
Avaliação Semestral da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.198/04 e Circular (BACEN) nº 3.467/09.	Relatórios sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	02/03/2019	3	
	Relatórios sobre o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	02/03/2019	3	
	Relatórios sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	02/03/2019	2	
Revisão Semestral de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99 e outras normas aplicáveis.	Relatório Semestral Circunstanciado (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	31/03/2019	4	

Revisão das Obrigações Fiscais e Tributárias, Municipais, Estaduais e Federais.	Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, dos procedimentos adotados para apuração, registro, recolhimento e recuperação dos tributos próprios e retidos na fonte vigentes e dos que venham a ser instituídos na vigência do contrato; e exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, da elaboração das obrigações fiscais e tributárias acessórias, vigentes e das que venham a ser instituídos na vigência do contrato. (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	Até 22/01/2019	09/02/2019	4	
Consultas, em quantidade de até 15 (quinze), acerca de questões concretas ou hipotéticas relacionadas às áreas e legislação contábil, fiscal/tributária e societária.	As consultas poderão ser efetuadas por e-mail, telefone ou contrato pessoal. As respostas deverão ser disponibilizadas via e-mail, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, e terão após esse prazo, mais 24 (vinte e quatro) horas para serem encaminhadas nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF. O valor unitário por consulta será o resultante da aplicação do percentual de faturamento definido no campo % Fat sobre o valor total do contrato dividido por 15 (doze). Serão consideradas aptas para faturamento somente consultas que contenham respostas consistentes e fundamentadas na legislação correspondente. Não há compromisso de formulação mínima de consultas.				1	
				Subtotal	30	
				Total	60	



Fundo para o Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais - FUNDAPSOCIAL						
Serviços referentes ao Exercício Social de 2018						
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria	Data de Entrega do Relatório	% Fat	Preço Serviço R\$
Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente - RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019 (aplica-se à entrega do RAI)	7	
	Relatório completo sobre exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019	3	
				Total	10	



Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES						
Serviços referentes ao Exercício Social de 2018						
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria	Data de Entrega do Relatório	% Fat	Preço Serviço R\$
Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente - RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019 (aplica-se à entrega do RAI)	10	
	Relatório completo sobre exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019	5	
				Total	15	



Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo - FUNDEPAR - ES						
Serviços referentes ao Exercício Social de 2018						
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria	Data de Entrega do Relatório	% Fat	Preço Serviço R\$
Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente - RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019 (aplica-se à entrega do RAI)	10	
	Relatório completo sobre exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019	5	
				Total	15	
				Total Geral	100	

Este Detalhamento faz parte da Apresentação da Proposta de Preços e deve ser apresentado no Envelope 3.



ANEXO V

CONCORRÊNCIA Nº 2018/01 METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

CÁLCULO DO ÍNDICE DE PREÇO PONDERADO

O **índice de preço ponderado** será calculado por meio da fórmula:

$$IPP = (MP / PO) \times 3$$

Legenda:

- IPP = índice de preço ponderado
- MP = menor preço ofertado entre os Licitantes
- PO = preço ofertado pelo Licitante
- 3 = fator de ponderação

CÁLCULO DO ÍNDICE TÉCNICO PONDERADO

O **índice técnico ponderado** será calculado por meio da fórmula:

$$ITP = (PTP / MPT) \times 7$$

Legenda:

- ITP = índice técnico ponderado
- PTP = pontuação técnica da proposta em exame
- MPT = maior pontuação técnica entre os participantes
- 7 = fator de ponderação

CÁLCULO DO ÍNDICE DE AVALIAÇÃO (NOTA FINAL)

A nota final, para fins de apuração da proposta vencedora, será obtida por meio do **índice de avaliação**, calculado através da fórmula:

$$IA = IPP + ITP$$

Legenda:

- IA = índice de avaliação
- IPP = índice de preço ponderado
- ITP = índice técnico ponderado

Na hipótese de empate no índice de avaliação, será realizado sorteio em ato público, para o qual todas as Licitantes serão convocadas, consoante o disposto no art. 45, § 2º, da Lei nº 8.666/93.



ANEXO VI

CONCORRÊNCIA Nº 2018/01

CARTA CREDENCIAL

Ao

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES

Assunto: Licitação de Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Auditoria Independente - CONCORRÊNCIA nº 2018/01.

O(s) abaixo-assinado(s), na qualidade de responsável(veis) legal(ais) pela empresa [Razão Social da empresa], vem (vêm), pela presente, informar a V.S^{as}. que o(s) Sr.(s) [Nome completo], Carteira de Identidade nº [nº da Carteira de Identidade] é(são) pessoa(s) designada(s) por nós para acompanhar a LICITAÇÃO em epígrafe, podendo, para tanto, impugnar, transigir, desistir expressamente de recursos, requerer, assinar, enfim praticar os atos que forem necessários para o fiel cumprimento do presente credenciamento.

[Local], [dia] de [mês por extenso] de [ano].

[Nome e assinatura do Representante Legal com firma reconhecida em cartório]



ANEXO VII

CONCORRÊNCIA Nº 2018/01

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa [Razão Social da empresa] CNPJ n.º [nº do CNPJ], sediada [endereço completo], por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) [nome completo do representante legal], portador(a) da Carteira de Identidade nº [nº da Carteira de Identidade] e do CPF nº [nº do CPF] DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

[Local], [dia] de [mês por extenso] de [ano].

[Nome e assinatura do Representante Legal com firma reconhecida em cartório]



ANEXO VIII

CONCORRÊNCIA Nº 2018/01

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa [Razão Social da empresa] CNPJ n.º [nº do CNPJ], sediada [endereço completo], por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) [nome completo do representante legal], portador(a) da Carteira de Identidade nº [nº da Carteira de Identidade] e do CPF nº [nº do CPF] DECLARA, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem quaisquer fatos impeditivos para sua participação no presente processo licitatório, ciente a obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARA, ainda, sob as penas de lei, que não se encontra inscrita no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Estado do Espírito Santo e não foi declarada inidônea por União, Estados ou Distrito Federal.

[Local], [dia] de [mês por extenso] de [ano].

[Nome e assinatura do Representante Legal com firma reconhecida em cartório]



ANEXO IX

CONCORRÊNCIA Nº 2018/01

DECLARAÇÃO SOBRE TRABALHO DO MENOR (Art. 7º, XXXIII da CF/88)

A empresa [Razão Social da empresa] CNPJ n.º [nº do CNPJ], sediada [endereço completo], por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) [nome completo do representante legal], portador(a) da Carteira de Identidade nº [nº da Carteira de Identidade] e do CPF nº [nº do CPF] DECLARA, sob as penas da lei, que nesta empresa não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, na forma da lei.

[Local], [dia] de [mês por extenso] de [ano].

[Nome e assinatura do Representante Legal com firma reconhecida em cartório]



ANEXO X

CONCORRÊNCIA Nº 2018/01

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E CONCORDÂNCIA COM
OS TERMOS DO EDITAL E SEUS ANEXOS**

A empresa [Razão Social da empresa] CNPJ n.º [nº do CNPJ], sediada [endereço completo], por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) [nome completo do representante legal], portador(a) da Carteira de Identidade nº [nº da Carteira de Identidade] e do CPF nº [nº do CPF] DECLARA que, após tomarmos conhecimento de todos os documentos do Edital desta licitação, sob as penas da Lei e para os fins de participação, que todos os documentos foram examinados, e que assume total responsabilidade por quaisquer erros ou omissões na preparação da proposta.

Estamos cientes dos termos do Edital e de seus Anexos, inclusive da minuta de contrato, manifestando concordância irrestrita com os termos dos mesmos e de que não poderemos alegar desconhecimento para alteração dos preços propostos ou para descumprimento do objeto da licitação.

Declaramos aceitar todas as condições exigidas nesta licitação, e concordamos com os termos dos documentos que fazem parte integrante da mesma.

[Local], [dia] de [mês por extenso] de [ano].

[Nome e assinatura do Representante Legal com firma reconhecida em cartório]



ANEXO XI

CONCORRÊNCIA Nº 2018/01

DECLARAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA

A empresa [Razão Social da empresa] CNPJ n.º [nº do CNPJ], sediada [endereço completo], por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) [nome completo do representante legal], portador(a) da Carteira de Identidade nº [nº da Carteira de Identidade] e do CPF nº [nº do CPF] DECLARA que, conforme as especificações do Edital e seus anexos, em especial o item 4 do Anexo I, constituirá equipe técnica formada por **1 (um) Responsável Técnico**, com as seguintes qualificações mínimas:

- Formação Universitária em Ciências Contábeis;
- Pós-Graduação na área de auditoria e/ou tributária;
- Aprovação em exame de certificação para atuação em auditoria de instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, organizado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e em conjunto com o IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em atendimento à Resolução CMN nº 3.771, de 26/08/2009, e alterações posteriores.
- Experiência na prestação de serviços de auditoria de demonstrações contábeis de instituições financeiras enquadradas como, bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, bancos múltiplos, caixa econômica federal.
- Atuação como Responsável Técnico em auditoria de instituições financeiras referidas no item anterior, em no mínimo 02 (dois) exercícios sociais completos consecutivos ou não, nos últimos 06 (seis) anos.

Declaro ainda que a indicação do profissional e a documentação comprobatória dos requisitos mínimos serão apresentadas anteriormente à assinatura do contrato, como condição de contratação.

Para tanto, assumimos inteira responsabilidade pela declaração firmada.

[Local], [dia] de [mês por extenso] de [ano].

[Nome e assinatura do Representante Legal com firma reconhecida em cartório]



ANEXO XII

CONCORRÊNCIA Nº 2018/01

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DE DESENVOLVIMENTO ESPÍRITO SANTO S/A – BANDES E, NA FORMA ABAIXO:

Partes:

- I) **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES**, instituição financeira constituída sob a forma jurídica de sociedade anônima de economia mista, com sede na Av. Princesa Isabel, 54, Vitória-ES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 28.145.829/0001-00, doravante nomeado **BANDES**;
- II), pessoa jurídica de direito privado, situada na, CEP:, inscrita no CNPJ sob nº, doravante nomeado **CONTRATADO**.

Por seus representantes legais infrafirmados ajustam e convencionam o presente Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO – Objetiva o presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados de auditoria contábil independente para o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES e Fundos de Desenvolvimento: Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais – FUNDAPSOCIAL, Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES e Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES, observadas as especificações técnicas constantes dos Anexos deste contrato, no Edital e na proposta da **CONTRATADA**, que integra o presente instrumento para todos os efeitos.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO - O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma prevista na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO - Fica estabelecido o regime de execução indireta, sob forma de empreitada por preço global, nos termos do art. 10, II, “a” da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR – O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pelos serviços prestados o valor total de R\$ (.....).

Parágrafo Único: Estão inclusos nesse valor todos os custos relativos a transporte, impostos, taxas, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e demais despesas que se fizerem necessárias à perfeita e total execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE - Não haverá, sob hipótese alguma, reajuste de preços antes de decorridos no mínimo 12 (doze) meses. Após esse prazo, o contrato poderá ser reajustado aplicando-se, nesse caso, como índice de reajuste o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a partir da data de apresentação da proposta, verificada sempre a periodicidade mínima anual.

CLÁUSULA SEXTA: DA FORMA DE PAGAMENTO – O pagamento será realizado somente após a entrega da versão definitiva de cada relatório, acompanhada da apresentação da Nota Fiscal, conforme preços totais de relatórios definidos no quadro do Anexo II deste contrato.

Parágrafo Primeiro: A conferência da Nota Fiscal será efetuada pelo setor responsável pelo acompanhamento do contrato.

Parágrafo Segundo: O documento de cobrança rejeitado por erros ou incorreções, será devolvido ao contratado para correções.

Parágrafo Terceiro: Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidades ou inadimplemento, sem que isso gere direito ao pleito de atualização.

Parágrafo Quarto: Fica assegurado ao BANDES o direito de deduzir do pagamento devido à CONTRATADA, independente da aplicação de multas, importância correspondente a:

- a) Débitos a que tiver dado causa;
- b) Despesas relativas à correção de eventuais falhas;
- c) Dedução relativa a insumos de sua responsabilidade não fornecidos;
- d) Utilização de materiais ou equipamentos do BANDES cujo fornecimento seja obrigação da CONTRATADA.

Parágrafo Quinto: Se devido, serão procedidos nos pagamentos a serem efetuados as retenções de impostos nas hipóteses previstas na lei. Caso a Contratada seja optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com cada NF/Fatura, a cópia do Termo de Opção.

Parágrafo Sexto: Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS INFORMAÇÕES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES - A **CONTRATADA** compromete-se a prestar ao **CONTRATANTE** durante o prazo de 03 (três) meses, após o término do presente contrato, esclarecimentos e informações adicionais que se configurem indispensáveis à perfeita execução dos trabalhos ora contratados.

CLÁUSULA OITAVA: DA REFORMULAÇÃO DOS SERVIÇOS - O **CONTRATADO** se obriga a elaborar e/ou executar serviços complementares no caso de o **CONTRATANTE** julgar que os trabalhos apresentados não atendam as suas necessidades de qualidade, precisão e objetivos.

Parágrafo Primeiro: Na hipótese do não atendimento das condições e/ou exigências feitas pelo **CONTRATANTE**, os trabalhos/serviços serão rejeitados e refeitos sem quaisquer ônus.

Parágrafo Segundo: Havendo a necessidade de reformulação dos trabalhos/serviços, fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de suspender o pagamento das parcelas subsequentes.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Além das demais condições inseridas neste instrumento, constituem obrigações da **CONTRATADA**, as seguintes:

I. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do **CONTRATANTE** quando ao objeto do contrato;

II. Responder ao **CONTRATANTE**, através de fax, e-mail, telefone ou contato pessoal, na vigência do contrato, consultas acerca de questões concretas ou hipotéticas relacionadas às áreas e legislação contábil, fiscal/tributária e societária, no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis, devendo formalizar expressamente, no prazo de 03 (três) dias úteis, a resposta prestada em meio eletrônico;

III. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos fiscais e comerciais e pelos custos relativos à mão de obra, diárias e transporte de seu pessoal, utilizado na execução dos serviços;

IV. Manter, durante a vigência da prestação dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

V. Não subcontratar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados;

VI. Responsabilizar-se pelo ressarcimento de quaisquer danos diretos comprovados, causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto do contrato;

VII. Assumir a defesa contra todas as reclamações e arcar com os ônus decorrentes de ações judiciais, por prejuízos havidos e originados diretamente da execução do objeto do contrato e que possam ser arguidos contra o **CONTRATANTE** por terceiros, excluindo as ações decorrentes de danos indiretos e de lucros cessantes aos quais a **CONTRATADA**, comprovadamente, não tenha dado causa;

VIII. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos fiscais e comerciais e pelos custos relativos à mão de obra, diárias e transporte de seu pessoal, utilizado na execução dos serviços;

IX. Responsabilizar-se pelo bom comportamento de seu pessoal, podendo a **CONTRATANTE** solicitar a substituição imediata de qualquer empregado cuja permanência na área de trabalho seja por ele considerada inconveniente, justificado o motivo da necessidade de substituição;

X. Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos, bem como por quaisquer infrações de natureza fiscal, decorrentes da execução do contrato;

XI. Responsabilizar-se pela restituição das importâncias cobradas e recebidas a maior, relativas aos tributos mencionados acima;

XII. Garantir e manter total e absoluto sigilo sobre as informações manuseadas, as quais devem ser utilizadas apenas para a condução das atividades autorizadas, não podendo ter quaisquer outros usos, sob pena de rescisão contratual e medidas cíveis e penais cabíveis;

XIII. Assumir inteira responsabilidade pelo uso indevido ou ilegal de informações privilegiadas do **CONTRATANTE**, através do manuseio de sistemas e manipulação de dados praticados por seus empregados;

XIV. Conduzir os trabalhos em harmonia com as atividades normais do **CONTRATANTE**, de modo a não causar transtornos no andamento normal de seus serviços e horários de trabalho estabelecidos pelas normas legais ou internas;

XV. Submeter ao CONTRATANTE o “curriculum vitae” dos substitutos de integrantes da equipe designada para a prestação do serviço, após a celebração do contrato. A substituição de profissional somente poderá ocorrer por outro de qualificação (experiência/escolaridade) igual ou superior a do substituído, mediante autorização do CONTRATANTE.

XVI. Responsabilizar-se pelo pagamento que lhe couber no recolhimento dos impostos devidos na época da assinatura do contrato, bem como dos demais tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços abrangidos pelo contrato, durante a sua execução;

XVII. Realizar os trabalhos observando as normas e procedimentos de auditoria estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil, e no que não for conflitante com estas, aqueles determinados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON ou outras instituições governamentais que venham a ser legalmente habilitadas;

XVIII. Incluir no preço final proposto todas as despesas com salários, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, materiais, equipamentos, seguros, tributos diretos e indiretos, custos relativos a transporte, impostos, taxas, seguros, custos com diárias, hospedagens, traslados, passagens, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e demais despesas que se fizerem necessárias à perfeita e total execução dos serviços.

XIX. Utilizar na prestação dos serviços, profissionais de seu quadro de pessoal, que possuam experiência nos serviços que lhes couber executar, correndo por sua conta exclusiva, todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, social, fiscal, bem como impostos, taxas, seguros, multas, contribuições e outros encargos que venham a incidir sobre os serviços a serem contratados ou que direta ou indiretamente com eles se relacionem, inclusive encargos decorrentes de eventuais acidentes de trabalho;

XX. Participar de reuniões das Assembleias Gerais de Acionistas, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria do BANDES sempre que for convocado, observando-se, ainda, as obrigatoriedades de comparecimento às reuniões em cumprimento às disposições estabelecidas na legislação.

XXI. A CONTRATADA reconhece o direito de o CONTRATANTE, mediante solicitação formal, autorizar o acesso do Banco Central do Brasil, a qualquer tempo, aos papéis de trabalho da CONTRATADA, bem como a quaisquer outros documentos que tenham servido de base ou evidência para emissão dos relatórios de auditoria elaborados, nos termos da Resolução nº 3.198/2004 do Conselho Monetário Nacional e seu regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE – Obriga-se o CONTRATANTE, no âmbito de sua competência, e nos limites deste contrato, a:

- I. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.
- II. Alocar os recursos necessários à contratação dos serviços, conferir a fatura e efetuar os pagamentos correspondentes.
- III. Acompanhar a execução do serviço contratado, disponibilizando um representante do seu quadro de pessoal para fiscalizá-lo.
- IV. Fiscalização terá por objetivo verificar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, visando assegurar que os serviços sejam executados atendendo ao estipulado pelo contrato, podendo, inclusive, recusar ou sustar qualquer serviço executado em desacordo com as cláusulas contratuais ou que atente contra a segurança do pessoal ou bens do CONTRATANTE ou de terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES APLICÁVEIS – Pela inexecução total ou parcial deste contrato, erro ou demora na sua execução, ou ainda, pelo descumprimento de qualquer obrigação nele assumida, a **CONTRATADA** será notificada pelo **CONTRATANTE**, sendo-lhe garantida prévia defesa. Caso as razões por ela apresentadas sejam consideradas improcedentes, o **CONTRATANTE** poderá aplicar-lhe as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa moratória de 10% (dez por cento), aplicada sobre o percentual/valor correspondente ao relatório entregue fora do prazo definido no item 3, caso não tenha motivo devidamente justificado e aceito pelo BANDES.
- III. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do instrumento contratual, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado ou descumprimento das demais cláusulas contratuais;
- IV. Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com o BANDES por prazo não superior a 02 (dois) anos ou até que seja promovida a sua reabilitação;
- V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o BANDES.

Parágrafo Primeiro: Caso ocorram mais de 05 (cinco) ocorrências de atraso na entrega dos relatórios sem motivo justificado, o instrumento contratual poderá ser rescindido, a critério do BANDES, e aplicadas as demais sanções previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais hipóteses de rescisão previstas na lei 8.666/93.

Parágrafo Segundo A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

Parágrafo Terceiro: Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da entrega dos relatórios, advir de caso fortuito ou motivo de força maior, ambos aceitos pelo BANDES.

Parágrafo Quarto: As sanções estabelecidas poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Quinto: Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: CONDUTA ÉTICA DO CONTRATADO E DO BANDES - A CONTRATADA e o BANDES comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios do interesse público, da integridade, da imparcialidade, da transparência, da honestidade, da responsabilidade, do respeito, da competência e eficiência.

Parágrafo Primeiro: Em atendimento ao disposto no caput desta Cláusula, a **CONTRATADA** obriga-se, inclusive, a:

- I. Não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
- II. Impedir o favorecimento ou a participação de empregados e dirigentes do BANDES, ou seus parentes até o terceiro grau, na execução do objeto do presente Contrato, em situação de conflito de interesse;
- III. Observar o Código de Ética do BANDES vigente ao tempo da contratação, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes;
- IV. Adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

Parágrafo Segundo: Verificada uma das situações mencionadas no inciso II do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, compete a **CONTRATADA** afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato ao **BANDES**, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** declara ter conhecimento do Código de Ética do **BANDES**, que poderá ser consultado por intermédio do sítio eletrônico www.bandes.com.br ou requisitado ao Gestor do Contrato.

Parágrafo Quarta: Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas do **BANDES** ou da legislação vigente podem ser denunciados à Ouvidoria por qualquer cidadão através dos seguintes canais: página na internet (www.bandes.com.br) e telefone (0800.283.4202).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO – O presente ajuste poderá ser rescindido de pleno direito, na ocorrência de inexecução total ou parcial do contrato, nas hipóteses prevista no art. 78 da Lei nº 8.666/93, nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro: No caso de rescisão provocada por inadimplemento da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

Parágrafo Segundo: No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a **CONTRATADA** terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES – A **CONTRATADA** se responsabiliza pela orientação de seus empregados quanto ao cumprimento das Políticas de Segurança da Informação do **CONTRATANTE**, sendo corresponsável pela utilização de informações dadas pelo **CONTRATANTE** por parte de seus empregados disponibilizados para atuação na prestação de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS – O presente contrato origina-se do Edital de Concorrência Pública nº. 2018/01 – Processo AD-013/2018, a ele se integrando os termos do edital e da proposta da **CONTRATADA**, bem como as disposições da Lei 8.666/93, no que couber, ficando ajustado que:

- I. As relações entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** serão sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais, determinados pela urgência das medidas que deverão, todavia, ser confirmados por escrito dentro de 05 (cinco) dias úteis;
- II. Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das responsabilidades do contrato, nem implicará em aprovação definitiva do fornecimento realizado, salvo disposição em contrário, estabelecida no contrato;
- III. Não valerá como precedente ou novação ou, ainda, como renúncia aos direitos que a legislação e o contrato asseguram ao **CONTRATANTE**, a tolerância de sua parte quanto a eventuais infrações da **CONTRATADA** às condições estabelecidas no contrato e seus anexos.
- IV. Fica expresso e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção do exercício, por parte do **CONTRATANTE**, de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em decorrência do contrato ou a concordância com o atraso no cumprimento das obrigações da parte inadimplente, não atingirá aqueles direitos ou faculdades que poderão ser exercidos na forma estabelecida no contrato, até a data em que estiverem cumpridas todas as obrigações mútuas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO SIGILO – A CONTRATADA se obriga a manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em razão das atividades executadas no âmbito deste contrato, especialmente quanto ao sigilo bancário regulado na Lei Complementar nº 105, de 01.01.2001, obrigando-se a indenizar o **CONTRATANTE** e a seus clientes por eventuais prejuízos que venham a sofrer por culpa da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO - A presente contratação é resultado do Edital de Concorrência Pública nº. 2018/01 – Processo AD-013/2018, autorizado pela Diretoria do **CONTRATANTE** em reunião realizada no dia 04.01.2018.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DOS RECURSOS FINANCEIROS - As despesas decorrentes da contratação dos serviços, objeto deste contrato, correrão à conta de recursos próprios do **BANDES**.

CLÁUSULA DECIMA NONA: DO FORO – Fica eleito o foro de Vitória-ES, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 03 (três) três vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas infrafirmadas.

Vitória-ES,

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES

.....

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:

ANEXO I

1. OBJETO

1.1. **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE**, para o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, e Fundos de Desenvolvimento: Fundo para Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais – FUNDAPSOCIAL, Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES e Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES, para o Exercício Social de 2018, nos termos das especificações técnicas descritas abaixo, dentro das normas e procedimentos vigentes de auditoria estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil e, no que não for conflitante com estes, aqueles determinados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Conselho Federal de Contabilidade - CFC e IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. No tocante aos Fundos de Desenvolvimento, também deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos nas legislações de regência e respectivos órgãos reguladores.

2. ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS

2.1. **SERVIÇOS RELACIONADOS AO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A – BANDES, REFERENTES AO 1º SEMESTRE, 2º SEMESTRE E EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018 (DATAS-BASES: 30/06/2018 E 31/12/2018):**

2.1.1. AUDITORIA SEMESTRAL E ANUAL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES:

2.1.1.1. Exame e apresentação de Relatório sobre as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas, com emissão de relatório completo e encadernado;

2.1.1.2. Exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Contábeis, com emissão de relatório completo e encadernado.

2.1.2. RELATÓRIOS SEMESTRAIS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS EMANADAS DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL E DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, CONFORME RESOLUÇÃO CMN Nº 3.198/04, CIRCULAR (BACEN) Nº 3.467/09, E OUTRAS NORMAS APLICÁVEIS:

2.1.2.1. Do Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares;

2.1.2.2. Do Sistema de Processamento Eletrônico de Dados; e

2.1.2.3. Do Sistema de Gerenciamento de Riscos.

2.1.3. REVISÃO SEMESTRAL DOS CRITÉRIOS ADOTADOS PELA INSTITUIÇÃO QUANTO À CLASSIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE RISCO E DE AVALIAÇÃO DO PROVISIONAMENTO REGISTRADO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, CONFORME RESOLUÇÃO CMN Nº 2.682/99 E OUTRAS NORMAS APLICÁVEIS.

2.1.4. relatório de REVISÃO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS, MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS:

2.1.4.1. Exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, dos procedimentos adotados para apuração, registro, recolhimento e recuperação dos tributos próprios e retidos na fonte vigentes e dos que venham a ser instituídos na vigência do contrato;

2.1.4.2. Exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, da elaboração das obrigações fiscais e tributárias acessórias, vigentes e das que venham a ser instituídos na vigência do contrato;

2.1.4.3. Os relatórios deverão conter comentários sobre as constatações decorrentes da revisão que tenham consequências financeiras para o contratante, bem como recomendações para a adoção de medidas corretivas cabíveis.

2.2. SERVIÇOS RELACIONADOS AOS FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO, REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018 (DATA-BASE: 31/12/2018):

2.2.1. FUNDO PARA FINANCIAMENTO DE MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS E PROJETOS SOCIAIS - FUNDAPSOCIAL

2.2.1.1. AUDITORIA ANUAL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO FUNDO PARA FINANCIAMENTO DE MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS E PROJETOS SOCIAIS - FUNDAPSOCIAL:

- 2.2.1.1.1. Exame e apresentação de Relatório sobre as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas elaboradas ao término do exercício social, com emissão de relatório completo e encadernado;
- 2.2.1.1.2. Exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Contábeis elaboradas ao término do exercício social, com emissão de relatório completo e encadernado.

2.2.2. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - FUNDES

2.2.2.1. AUDITORIA ANUAL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - FUNDES:

- 2.2.2.1.1. Exame e apresentação de Relatório sobre as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas elaboradas ao término do exercício social, com emissão de relatório completo e encadernado;
- 2.2.2.1.2. Exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Contábeis elaboradas ao término do exercício social, com emissão de relatório completo e encadernado.

2.2.3. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO – FUNDEPAR-ES

2.2.3.1. AUDITORIA ANUAL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO – FUNDEPAR-ES:

- 2.2.3.1.1. Exame e apresentação de Relatório sobre as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas elaboradas ao término do exercício social, com emissão de relatório completo e encadernado;
- 2.2.3.1.2. Exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Demonstrações Contábeis elaboradas ao término do exercício social, com emissão de relatório completo e encadernado.

2.3. CONSULTAS, EM QUANTIDADE DE ATÉ 15 (QUINZE), ACERCA DE QUESTÕES CONCRETAS OU HIPOTÉTICAS RELACIONADAS ÀS ÁREAS E LEGISLAÇÃO CONTÁBIL, FISCAL/TRIBUTÁRIA E SOCIETÁRIA. Não há compromisso de formulação mínima de consultas.

3. RESULTADO DOS TRABALHOS

3.1. Os relatórios deverão ser disponibilizados em arquivo digital extensões PDF/A (Portable Document Format ABNT NBR ISSO 19005) e Word (quando indicado) e em meio papel na quantidade de 03 (três) cadernos para cada relatório. A versão impressa deverá ser apresentada em papel timbrado, tamanho A4, cor branca, contracapa com descrição da entidade, título do relatório e data-base conforme descritos no quadro seguinte, com encadernação simples.

3.2. Os prazos, formato da entrega, data-base e estimativa de datas para disponibilização das informações estão definidos nos quadros seguintes:

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES Serviços referentes ao 1º Semestre de 2018				
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria	Data de Entrega do Relatório
Auditoria Semestral das Demonstrações Contábeis	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente - RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	15/08/2018 (aplica-se à entrega do RAI)
	Relatório completo sobre exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	31/08/2018
Avaliação Semestral da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.198/04 e Circular (BACEN) nº 3.467/09.	Relatórios sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	28/09/2018
	Relatórios sobre o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	28/09/2018
	Relatórios sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	28/09/2018
Revisão Semestral de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99 e outras normas aplicáveis.	Relatório Semestral Circunstanciado (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	28/09/2018

Revisão das Obrigações Fiscais e Tributárias, Municipais, Estaduais E Federais.	Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, dos procedimentos adotados para apuração, registro, recolhimento e recuperação dos tributos próprios e retidos na fonte vigentes e dos que venham a ser instituídos na vigência do contrato; e Exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, da elaboração das obrigações fiscais e tributárias acessórias, vigentes e das que venham a ser instituídas na vigência do contrato. (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	Até 20/07/2018	14/08/2018
Revisão de consistência de informações transmitidas ao Fisco por meio da Escrituração Contábil Fiscal - ECF.	Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente e do correto preenchimento e da integridade da Escrituração Contábil Fiscal - ECF, referente ao ano-calendário anterior (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017	Até 30/06/2018	15 dias após disponibilização das informações



Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES Serviços referentes ao 2º Semestre e Exercício Social de 2018				
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria	Data de Entrega do Relatório
Auditoria Semestral e Anual das Demonstrações Contábeis	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente - RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2018	De 19/01 a 31/01/2019	19/02/2019 (aplica-se à entrega do RAI)
	Relatório completo sobre exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	02/03/2019
Avaliação Semestral da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.198/04 e Circular (BACEN) nº 3.467/09.	Relatórios sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	02/03/2019
	Relatórios sobre o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	02/03/2019
	Relatórios sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	02/03/2019
Revisão Semestral de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99 e outras normas aplicáveis.	Relatório Semestral Circunstanciado (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	31/03/2019

Revisão das Obrigações Fiscais e Tributárias, Municipais, Estaduais e Federais.	Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, dos procedimentos adotados para apuração, registro, recolhimento e recuperação dos tributos próprios e retidos na fonte vigentes e dos que venham a ser instituídos na vigência do contrato; e exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, da elaboração das obrigações fiscais e tributárias acessórias, vigentes e das que venham a ser instituídos na vigência do contrato. (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	Até 22/01/2019	09/02/2019
---	---	------------	----------------	------------



Fundo para o Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais - FUNDAPSOCIAL				
Serviços referentes ao Exercício Social de 2018				
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria	Data de Entrega do Relatório
Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente - RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019 (aplica-se à entrega do RAI)
	Relatório completo sobre exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019



Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES				
Serviços referentes ao Exercício Social de 2018				
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria	Data de Entrega do Relatório
Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente - RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019 (aplica-se à entrega do RAI)
	Relatório completo sobre exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019



Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo - FUNDEPAR - ES				
Serviços referentes ao Exercício Social de 2018				
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria	Data de Entrega do Relatório
Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente - RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019 (aplica-se à entrega do RAI)
	Relatório completo sobre exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019

Relatório	Prazo de Entrega
Planejamento da Auditoria, contendo: cronograma de visitas; detalhamento individualizado dos profissionais e das horas despendidas na prestação dos serviços, por relatório e Entidades (Bandes e Fundos); e procedimentos adotados em termos de natureza e extensão (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	Em até 15 (quinze) dias a contar da data de assinatura do contrato.

O prazo máximo de entrega dos relatórios aplica-se à versão preliminar em arquivo digital. A versão definitiva deverá ser entregue em até 05 dias úteis após manifestação do Contratante.

As informações contábeis e documentos objeto de trabalho da Auditoria Externa serão disponibilizados em volume significativo nas datas iniciais e intermediárias definidas no campo **Estimativa de Datas para Disponibilização de Informações para a Auditoria**. Na data final do referido campo, serão entregues, somente, informações e documentos remanescentes e/ou complementares.

As datas dos campos **Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria** e **Prazo de Entrega** poderão ser alteradas a critério do Contratante.

4. VIGÊNCIA E PRAZO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

5. EQUIPE TÉCNICA

5.1. A contratada deverá dispor de um Responsável Técnico que deverá ter os seguintes requisitos mínimos:

- 5.1.1. Formação Universitária em Ciências Contábeis;
- 5.1.2. Pós-Graduação na área de auditoria e/ou tributária;
- 5.1.3. Aprovação em exame de certificação para atuação em auditoria de instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, organizado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e em conjunto com o IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em atendimento à Resolução CMN nº 3.771, de 26/08/2009, e alterações posteriores.
- 5.1.4. Experiência na prestação de serviços de auditoria de demonstrações contábeis de instituições financeiras enquadradas como, bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, bancos múltiplos, caixa econômica federal.
- 5.1.5. Atuação como responsável técnico em auditoria de instituições financeiras referidas no item anterior, em no mínimo 02 (dois) exercícios sociais completos consecutivos ou não, nos últimos 06 (seis) anos.

5.2. Documentos comprobatórios:

- 5.2.1. Diploma ou certificado de conclusão de graduação, pós-graduação emitida por instituição de ensino devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC;
- 5.2.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), contrato social ou documento que o substitua;
- 5.2.3. Registro de Auditor Independente na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme Instrução CVM nº 308, de 14/05/1999 e alterações posteriores;
- 5.2.4. Registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI, conforme Resolução CMN nº 3.198, de 27/05/2004; e Resolução CFC nº 1.495, de 20/11/2015;
- 5.2.5. A comprovação da atuação como responsável técnico em auditoria de instituições financeiras será efetuada por meio da apresentação de relatório de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, firmado pelo profissional, em original ou publicação na imprensa oficial, jornal de grande circulação, revista especializada, ou sítio eletrônico compatível com o prazo de contratação em carteira profissional ou contrato social e prazo do contrato de auditoria com a respectiva instituição financeira.

5.3. A experiência profissional será comprovada pelo vínculo empregatício com empresa de auditoria, por meio de cópia de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou contrato social em que conste o profissional como sócio; ou contrato de prestação de serviços previsto na legislação civil.

5.4. Caberá ao Responsável Técnico indicado participar de reuniões das Assembleias Gerais de Acionistas, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria do BANDES sempre que for convocado, observando-se, ainda, as obrigatoriedades de comparecimento às reuniões em cumprimento às disposições estabelecidas na legislação.

5.5. A substituição do Responsável Técnico no curso do contrato está condicionada à autorização do Contratante, e somente será admitida por substituto de perfil profissional igual ou superior ao do substituído;

5.6. A indicação do Responsável Técnico e apresentação da comprovação da qualificação e experiência profissional serão efetuadas no ato de assinatura do contrato.



ANEXO II

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES						
Serviços referentes ao 1º Semestre de 2018						
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria	Data de Entrega do Relatório	% Fat	Preço Serviço R\$
Auditoria Semestral das Demonstrações Contábeis	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente - RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	15/08/2018 (aplica-se à entrega do RAI)	8	
	Relatório completo sobre exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	31/08/2018	2	
Avaliação Semestral da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.198/04 e Circular (BACEN) nº 3.467/09.	Relatórios sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	28/09/2018	3	
	Relatórios sobre o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	28/09/2018	3	
	Relatórios sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	28/09/2018	2	
Revisão Semestral de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99 e outras normas aplicáveis.	Relatório Semestral Circunstanciado (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	De 23/07 a 31/07/2018	28/09/2018	4	

Revisão das Obrigações Fiscais e Tributárias, Municipais, Estaduais E Federais.	Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, dos procedimentos adotados para apuração, registro, recolhimento e recuperação dos tributos próprios e retidos na fonte vigentes e dos que venham a ser instituídos na vigência do contrato; e Exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, da elaboração das obrigações fiscais e tributárias acessórias, vigentes e das que venham a ser instituídas na vigência do contrato. (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	30/06/2018	Até 20/07/2018	14/08/2018	4	
Revisão de consistência de informações transmitidas ao Fisco por meio da Escrituração Contábil Fiscal - ECF.	Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente e do correto preenchimento e da integridade da Escrituração Contábil Fiscal - ECF, referente ao ano-calendário anterior (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2017	Até 30/06/2018	15 dias após disponibilização das informações	4	
				Subtotal	30	



Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES Serviços referentes ao 2º Semestre e Exercício Social de 2018						
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria	Data de Entrega do Relatório	% Fat	Preço Serviço R\$
Auditoria Semestral e Anual das Demonstrações Contábeis	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente - RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2018	De 19/01 a 31/01/2019	19/02/2019 (aplica-se à entrega do RAI)	10	
	Relatório completo sobre exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	02/03/2019	3	
Avaliação Semestral da Qualidade e Adequação às Normas Emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme Resolução CMN nº 3.198/04 e Circular (BACEN) nº 3.467/09.	Relatórios sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	02/03/2019	3	
	Relatórios sobre o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	02/03/2019	3	
	Relatórios sobre o Sistema de Gerenciamento de Riscos (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	02/03/2019	2	
Revisão Semestral de Critérios Adotados quanto à Classificação dos Níveis de Riscos e Avaliação do Provisionamento, conforme Resolução CMN nº 2.682/99 e outras normas aplicáveis.	Relatório Semestral Circunstanciado (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	31/03/2019	4	

Revisão das Obrigações Fiscais e Tributárias, Municipais, Estaduais e Federais.	Relatório sobre o exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, dos procedimentos adotados para apuração, registro, recolhimento e recuperação dos tributos próprios e retidos na fonte vigentes e dos que venham a ser instituídos na vigência do contrato; e exame e revisão, à luz da legislação tributária pertinente, da elaboração das obrigações fiscais e tributárias acessórias, vigentes e das que venham a ser instituídos na vigência do contrato. (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	Até 22/01/2019	09/02/2019	4	
Consultas, em quantidade de até 15 (quinze), acerca de questões concretas ou hipotéticas relacionadas às áreas e legislação contábil, fiscal/tributária e societária.	As consultas poderão ser efetuadas por e-mail, telefone ou contrato pessoal. As respostas deverão ser disponibilizadas via e-mail, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, e terão após esse prazo, mais 24 (vinte e quatro) horas para serem encaminhadas nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF. O valor unitário por consulta será o resultante da aplicação do percentual de faturamento definido no campo % Fat sobre o valor total do contrato dividido por 12 (doze). Serão consideradas aptas para faturamento somente consultas que contenham respostas consistentes e fundamentadas na legislação correspondente. Não há compromisso de formulação mínima de consultas.				1	
				Subtotal	30	
				Total	60	



Fundo para o Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais - FUNDAPSOCIAL						
Serviços referentes ao Exercício Social de 2018						
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria	Data de Entrega do Relatório	% Fat	Preço Serviço R\$
Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente - RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019 (aplica-se à entrega do RAI)	7	
	Relatório completo sobre exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019	3	
				Total	10	

Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES						
Serviços referentes ao Exercício Social de 2018						
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria	Data de Entrega do Relatório	% Fat	Preço Serviço R\$
Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente - RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019 (aplica-se à entrega do RAI)	10	
	Relatório completo sobre exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019	5	
				Total	15	

Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo - FUNDEPAR - ES						
Serviços referentes ao Exercício Social de 2018						
Serviço	Relatório	Data-Base	Estimativa de Datas de Disponibilização de Informações para a Auditoria	Data de Entrega do Relatório	% Fat	Preço Serviço R\$
Auditoria Anual das Demonstrações Contábeis	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis - RAI (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensões PDF e Word). Posteriormente à emissão do RAI, disponibilizar conjunto completo das demonstrações contábeis, composto de: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente - RAI, devidamente encadernado e em arquivo digital, extensão PDF.	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019 (aplica-se à entrega do RAI)	10	
	Relatório completo sobre exame dos principais grupos de contas do ativo, passivo, receitas e despesas, das Demonstrações Contábeis (entrega nos formatos papel e arquivo digital, extensão PDF).	31/12/2018	De 22/01 a 31/01/2019	19/02/2019	5	
				Total	15	
				Total Geral	100	